

25 ANOS SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE



Maputo, 15 de Março de 2019 • ANO XXVI • Nº 1314 • Preço: 60,00 Mt • Moçambique
Savana FM 100.2 Mhz • www.savana.co.mz • email:savana@mediacoop.co.mz

Recolheu Ângela Leão, a *showfista* dos dólares do negócio securitário

A dama das dívidas

Moçambique na rota do tráfico de drogas

Traficantes têm ligações com a elite política



Pág. 3



Pág. 2



APOSTE NO SEU TELEMÓVEL, TOTOBOLA EXTRA
DISPONIVEL SÓ NO www.sojogo.co.mz

LOTARIA ~ TOTOLOTO ~ JOKER

SOJOGO ESTÁ DAR. *124#



facebook.com/sgjism e Whatsapp 848189934, SMS 82/84/861010

O TERCEIRO PRÉMIO DA LOTARIA, EXTRACÇÃO Nº10 FOI VENDIDO NA CASA CAMPIÃO, SITA NA AV. JOAQUIM LAPA Nº 79 - MAPUTO

Ângela Leão deixou o luxo e seguiu o marido na cadeia

Recolheu a dama do *show off*

Por Armando Nhantumbo

Quando começou a circular muito dinheiro proveniente das dívidas ocultas, ela tornou-se uma mulher de ostentação. Comprava carros e imóveis luxuosos. Dos Estados Unidos, trouxe o célebre rapper 50 Cent. Mas, na semana passada, foi detida em conexão com a fraude que empurrou o país à sarjeta. Essa é Ângela Leão, a esposa do ex-director do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), Gregório Leão, também ele nos calabouços em conexão com o caso.

Descrita em meios restritos como uma das principais beneficiárias do dinheiro das dívidas ocultas, Ângela Leão não se coibia de fazer o *show off* a olhos vistos. Mostrava a tudo e todos que tratava os dólares por tu. Talvez pensasse que o país estivesse aos seus pés, ela que tinha o marido na direcção máxima dos temidos serviços secretos. Ângela, uma mulher na casa dos 40 anos, casou-se com Gregório em segundas núpcias. Têm um filho de 11 anos, mas Gregório tem outros do seu primeiro casamento.

Ângela Leão é uma antiga estudante do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) e terá sido nesta instituição de ensino superior, com ligações ao SISE, onde conheceu o marido Gregório, um antigo embaixador de Moçambique em Portugal.

Leão ascendeu à direcção do SISE com a morte, em 2005, em circunstâncias até agora não esclarecidas, de José Castiano Zumbire na direcção do SISE.

Zumbire foi levado de emergência ao Hospital Central de Maputo, após ter ingerido um copo de sumo e morreu pouco tempo depois. Decorria uma sessão do Comité Central da Frelimo, onde Armando Guebuza iria tomar a direcção do partido, depois de ter ganho as eleições gerais de 2004, contra o falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Naquele que é descrito como o auge da distribuição dos dinheiros das dívidas, Ângela, de dia para noite, começou a comprar casas de luxo e viaturas de alta cilindrada. Era a mulher do momento.

Uma das viaturas citadas é uma Nissan Patrol. Trata-se de uma série que, no continente africano, só há registo de duas. A outra viatura igual a de Ângela está no Quênia. Pela "máquina", a esposa de Gregório terá pago USD 600 mil, claramente, "quantias irrisórias" para quem movimentava milhões.

Em Novembro de 2013, chegou a trazer à Moçambique, através da Mozceleb, uma revista de celebridades, o músico 50 Cent, um célebre rapper norte-americano, que terá recebido um milhão de dólares de cachê.



A dama das dívidas ocultas já vê o sol aos quadradinhos

Coincidentemente, foi precisamente em 2013 que se avolumaram indicações, em círculos reservados, da circulação de "muito dinheiro" proveniente "de um negócio de barcos". Era, claramente, o momento que começou a distribuição dos 50 milhões de galinhas para um grupo ligado à elite política frelimista e seus filhotes.

Na manhã da quinta-feira da semana passada, entretanto, a Procuradoria-Geral da República (PGR) deteve a toda-poderosa esposa do ex-director da secreta moçambicana, num dos últimos episódios de relevo da operação dívidas ocultas. Em 2015 circulou um abaixo assinado da autoria de agentes do SISE, mostrando-se revoltados com suposta ingerência de Ângela Leão na gestão da Secreta. Os queixosos acusavam a esposa do então director do SISE de fazer e desfazer na instituição.

Com a detenção de Ângela, subiu para 10 o número de detidos em território nacional em conexão com o caso. O décimo primeiro é Manuel Chang, o ministro das Finanças de Armando Guebuza, detido a 29 de Dezembro na África do Sul.

Ângela Leão recolheu aos calabouços após uma acareação promovida pela PGR com Fabião Mabunda, um outro arguido no processo, que havia sido detido na tarde do dia anterior, quarta-feira, após circularem informações de que estava em parte incerta.

Mabunda, um jovem empresário ligado à construção civil, é visto pela investigação como testa-de-ferro de Ângela Leão. Boletins da República consultados pelo SAVANA indicam que Mabunda, um técnico médio em construção de edifícios, é dono da M Moçambique Cons-

da seria Ângela Leão, que terá aplicado parte dos valores no negócio imobiliário.

A pressão dos EUA

Quem continua de olhos ao caso das dívidas ocultas são os Estados Unidos da América (EUA) que, desde a semana passada, estão a exercer uma forte pressão tanto a Maputo como a Pretória.

Na última terça-feira, os EUA disseram contar com a extradição de Chang para o seu território, num claro recado para as autoridades sul-africanas.

"Nós assinamos um tratado de extradição com a África do Sul, e contamos muito com isso", disse o secretário-adjunto dos Estados Unidos para os Assuntos Africanos, Tibor Nagy.

Numa declaração telefónica à imprensa, Nagy venceu que "os Estados Unidos esperam que a África do Sul extradite Chang".

Mas, na semana passada, as autoridades judiciais norte-americanas já tinham avisado que usariam todos os meios legais possíveis para levar a Tribunal, nos EUA, os responsáveis pelas dívidas ocultas, uma clara mensagem de que a estratégia de extraditar Manuel Chang para Moçambique pode ser infrutífera.

"O Departamento da Justiça e os nossos parceiros estão empenhados em usar todos os meios à nossa disposição para levar a Tribunal aqueles que se envolvem em lavagem de dinheiro, fraude financeira e corrupção a custos de investidores dos Estados Unidos, onde quer que esses indivíduos estejam", disse o procurador-geral adjunto da Divisão Criminal da Secção da Justiça, Brian Benezkowski.

Considerou as chamadas dívidas ocultas como "um descarado esquema criminoso internacional em que funcionários moçambicanos corruptos, directores de companhias e de bancos de investimentos

roubaram 200 milhões de dólares de empréstimos que deveriam beneficiar o povo moçambicano".

A semana passada foi ainda marcada pela revelação, pelo Departamento da Justiça Americano, dos restantes co-acusados de Manuel Chang. Trata-se de Teófilo Ngangumele e Carlos Agostinho do Rosário, duas peças-chave no esquema das dívidas ocultas, que também se encontram detidos em conexão com o caso. Outro co-acusado é Najub Allam, um alto funcionário da Privinvest.

Do outro lado da fronteira, o antigo ministro das Finanças, Manuel Chang, 63 anos, detido na África do Sul desde 29 de Dezembro do ano passado, submeteu, esta segunda-feira, através da sua defesa, um requerimento para que seja o ministro sul-africano da Justiça a decidir sobre qual dos dois pedidos de extradição (EUA e Moçambique) deve ser analisado primeiro.

Na quinta-feira da semana passada, o Tribunal de Kempton Park tinha decidido que os dois pedidos de extradição seriam discutidos em separado, com direito de preferência ao pedido dos EUA como o primeiro a ser analisado. Manuel Chang, através dos seus advogados, declarou que aceita ser extraditado para Moçambique e não para EUA, um país, para ele, "estranho".

Com o pedido de Chang, a decisão do juiz ficou adiada para 18 de Março, quando o ministro sul-africano da Justiça tiver já decidido sobre o primeiro pedido a ser analisado.

Tal como Manuel Chang, os três ex-banqueiros do Credit Suisse, no Reino Unido, nomeadamente, Andrew Pearse, Detelina Subeva e Sugran Singh, também recusam extradição para os EUA. Na passada segunda-feira, os advogados dos três compareceram na Corte de Magistrados de Westminster, em Londres, a prometerem contestar o pedido dos EUA.



É uma Nissan Patrol como esta que Ângela Leão comprou no auge do regabofe das dívidas ocultas. Viatura igual, no continente africano, só está no Quênia.

Moçambique na rota do tráfico de drogas

Traficantes têm ligações com a elite política

- o negócio tem sido uma fonte de financiamento partidário

Por Armando Nhantumbo

Moçambique continua a ser um dos importantes corredores de tráfico de drogas em África. Não é para menos. Aqui, os traficantes consolidaram o seu domínio sobre o mercado, através de uma relação de “toma lá dá cá”, notavelmente resiliente e duradoura com a elite política. A revelação está contida no mais recente relatório sobre o tráfico da heroína na costa oriental de África apresentado, esta semana, em Maputo.

Datado de Junho de 2018, o estudo foi promovido, no âmbito do ENACT, um projecto internacional de combate ao crime organizado transnacional. O ENACT é implementado pelo Instituto para Estudos de Segurança e pela Organização Internacional da Polícia Criminal (INTERPOL), em associação com a Iniciativa Global contra o Crime Organizado Internacional.

Assinado pelos investigadores Simone Haysom, Peter Gastrow e Mark Shaw, o estudo faz notar que o mercado de heroína ao longo da costa oriental deve ser entendido como parte integrante de uma economia ilícita regional ligada às elites políticas.

Tendo o Afeganistão como o ponto de partida, muita da heroína começa a ser enviada para a África em veleiros de madeira marítimos motorizados, construídos nos Emirados Árabes Unidos e concebidos para a pesca, refere a pesquisa.

Assinala que as embarcações são carregadas com remessas de contrabando de 100 a 1000 kg provenientes da costa do Macrão, no sul do Paquistão.

Acrescenta que os veleiros de madeira ancoram ao largo da costa de África, em águas internacionais, e pequenos barcos recolhem a heroína, transportando-a para várias praias, baías, ilhas ou descarregando-a em pequenos portos comerciais.

“Dúzias de tais locais são utilizadas para o desembarque de remessas ao longo de toda a costa oriental – do norte de Kismayo, na Somália, até Angoche, em Moçambique”, lê-se.

A investigação sugere ainda que, além dos veleiros de madeira, os traficantes também utilizaram contentores em vários portos de águas profundas ao longo da costa.

Financiamento político-partidário

Enfatizando a ligação com as elites políticas, os pesquisado-

Resumo indicativo das rotas de heroína marítimas e terrestres nos estados costeiros da África Oriental



Fonte: Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional, com base em entrevistas em toda a região, setembro de 2017

res afirmam que o crescimento da economia ilícita em África, e particularmente ao longo da sua costa oriental, coincidiu com o estabelecimento de uma série de democracias frágeis.

Mas talvez uma das conclusões mais surpreendentes seja o grau em que as economias ilícitas e cinzentas têm sido uma fonte de financiamento político-partidário nos vários países envolvidos na economia ilícita costeira.

“Tal financiamento é usado não apenas para campanhas eleitorais interpartidárias, mas também para posicionamento em movimentos políticos intrapartidários”, denuncia o estudo, indicando que os fundos ilícitos ou cinzentos têm sido uma fonte de “dinheiro fácil” em vários lugares.

Anota que um resultado directo tem sido o alinhamento de interesses políticos (e de interesses da elite política) com a economia, incluindo o tráfico de drogas.

O estudo revelou ainda o grau em que, em muitos lugares, a economia ilícita cooptou líderes eleitos, em parte devido à necessidade de angariação de dinheiro para financiar seus partidos políticos.

Por isso, os autores reconhecem a dificuldade de combater um

crime nas entradas das elites políticas. No capítulo das recomendações, começam por lembrar que a sabedoria convencional sustenta que a resposta imediata ao comércio de heroína deveria vir na forma de acção decisiva dos líderes políticos nacionais e de repressão pela lei.

“No entanto, é preciso estar ciente da dificuldade inerente em trabalhar com instituições governamentais que estão fortemente implicadas em actividades de crime organizado, a menos que haja uma facção interna motivadora para a mudança”, consideram.

Da mesma forma, avançam, o fortalecimento da capacidade entre as forças policiais, onde há profunda corrupção sistémica, é muitas vezes fútil – e as vezes muito contraproducente.

Sublinham que tais compromissos, para serem bem-sucedidos, dependem, geralmente, da calendarização relacionada com as aberturas políticas.

Por isso, os autores propõem uma abordagem regional, bem como um enfrentamento às ligações entre a economia paralela e a política e construir coligações para a mudança em torno de efeitos locais.

Um negócio que patrocina a elite política moçambicana

De acordo com o estudo, o comércio de heroína está ligado a uma sucessão de desenvolvimentos sérios na região da África Oriental e Austral, incluindo a sustentação de figuras e partidos políticos antidemocráticos ou hotéis vazios e terras não ordenadas que servem como frentes para a lavagem de dinheiro das drogas.

“Este comércio também depende de uma protecção política a alto nível, para que as partes envolvidas possam beneficiar do acesso às infra-estruturas, como os portos ao longo da costa, que são supostamente importantes para a segurança nacional e deveriam, portanto, ser bem guardados e controlados pelos governos”, destaca o estudo.

Inicialmente, prossegue, a protecção política assegurada para este comércio parece ter emergido de simples transacções entre traficantes de drogas e políticos que exercem o controlo sobre os portos, as alfândegas e as autoridades policiais.

“Os traficantes de heroína que utilizam esta rota de tráfico necessitam de assegurar a permeabilidade destes portos e certificar-se que os seus bens ilícitos não são apreendidos ou ligados a casos criminais contra eles”, constata.

No entanto, anota, com o passar do tempo, estas transacções evoluíram de diversas formas ao longo da costa.

Citam o caso do Quênia, onde os traficantes de drogas decidiram fazer campanha para cargos políticos.

“Em Moçambique, os traficantes de drogas consolidaram o seu domínio sobre o mercado através de uma relação ‘quid pro quo’ notavelmente resiliente e duradoura com a elite política.

Para os investigadores, tanto no Quênia, como em Moçambique, os lucros da heroína tem um papel discreto mas identificável no financiamento de campanhas e patrocínio de figuras políticas.

Em Moçambique, uma das placas giratórias de entrada da droga, é o eixo económico Nacala-Nampula-Pemba, local onde o dinheiro é lavado no ramo imobiliário, sobretudo, na construção de hotéis.

Aliás, o estudo aponta Moçambique como um dos centros cruciais nesta economia ilegal. “Os centros cruciais nesta economia ilícita regional são Mombassa (Quênia), Nacala e Nampula (norte de Moçambique), City Deep (uma área de Joanesburgo) e o porto da cidade do Cabo”, refere a pesquisa.

Ainda assim, uma das conclusões do estudo é a vulnerabilidade do norte de Moçambique, onde se desenvolveu o que considera como economia local de tráfico de drogas.

“Aqui, e em grande parte fora do radar, desenvolveu-se uma significativa economia local de tráfico de drogas, facilitada pela corrupção e pela indiferença do Governo”, refere.

Para os estudiosos, o norte de Moçambique, com o seu potencial de crescimento económico derivado das reservas de petróleo e gás, está

a tornar-se cada vez mais um grande centro de actividade ilícita.

“É necessário tomar medidas preventivas para que a área não se torne uma fonte mais ampla de instabilidade e uma plataforma regional para actividades criminosas. O problema ainda é administrável, mas é necessária uma acção antecipada. No nível mais básico, o primeiro passo seria aumentar o envolvimento com as comunidades locais e construir redes da sociedade civil mais fortes na região”, recomenda a pesquisa.

Esta quarta-feira, o estudo esteve em debate em Maputo. O moderador foi o jurista Abdul Carimo, que lembrou que a lei 3/97, que criminaliza o fenómeno, não foi do agrado do poder instituído.

Mas a grande decepção de Abdul Carimo, um antigo juiz, é não se lembrar de alguém que tenha sido chamado a Tribunal para responder por crimes de tráfico de drogas pesadas, continuando a lei a ser aplicada apenas ao vendedor e consumidor da soruma. Carimo, um antigo deputado da Frelimo na Assembleia da República, precisou ainda que o tráfico mina as instituições democráticas.

Peter Gastrow, um dos autores que apresentou o estudo em Maputo, anotou que o mercado do crime parece “estar bem” com a elite política nacional, que permite a entrada da droga em Moçambique. Simone Haysom, que também fez a apresentação de Maputo, disse que, por enquanto, não existe uma ligação sistemática entre o tráfico de drogas e a insurgência no norte de Cabo Delgado.

Sandura Ambrósio diz que Ossufo Momade e Geraldo Carvalho pretendem silenciá-lo

“Querem me matar”

Por Raul Senda

“Estou a correr sérios riscos de vida. Aliás, sou constantemente ameaçado e até há ordens para fuzilarem-me. Dizem que as ordens de acabar com a minha vida vêm do próprio presidente. Até há esquadrões montados para o efeito. Essas pessoas são lideradas por Geraldo Carvalho. Por duas vezes, tive ameaças directas de Geraldo Carvalho. Já apresentei queixa crime à polícia, na pessoa do comandante provincial, e os meus advogados estão a trabalhar no assunto”, desabafou Sandura Ambrósio em entrevista ao SAVANA.

Sandura Ambrósio, que decidiu ignorar as orientações da direcção da Renamo e ocupou a força a delegação da Renamo em Sofala, diz que está a cumprir o que está preceituado nos estatutos do partido que estão a ser violados pelo elenco de Ossufo Momade. Nas linhas abaixo, segue a entrevista.

Na província de Sofala, a Renamo tem dois delegados. Um indicado pela direcção do partido e outro supostamente eleito. O mesmo cenário também se verifica na cidade da Beira. Explique-nos o que está acontecer de facto.

Deixe-me corrigir uma coisa. A Renamo tem um delegado provincial eleito que se chama Sandura Ambrósio e o outro na cidade da Beira de nome Luís Chitato. Esses é que representam as bases da Renamo na província. Os outros são fantoches. O senhor Ricardo Gerente e João Morata não representam nenhum membro da Renamo a nível da província.

Voltando à sua questão, tenho a dizer que o que está acontecer é que os membros da Renamo estão a reivindicar o cumprimento dos estatutos do partido. Não estão contra a liderança, porque ela é legítima e representa todos membros da Renamo a nível nacional. O general Ossufo Momade é o nosso presidente. A eleição do nosso presidente foi em cumprimento dos estatutos da nossa organização. São esses estatutos que garantem e regulam o funcionamento do partido e ninguém está acima deles, nem mesmo o presidente.

Portanto, em nenhum momento os estatutos da Renamo atribuem competências ao presidente da Renamo para exonerar e nomear delegados provinciais. A exoneração e indicação dos delegados de Gaza, Manica, Sofala, Tete e Cabo Delgado viola grosseiramente os estatutos do partido, porque o documento defende que esses órgãos devem ser eleitos. Isso fere com o princípio democrático que o partido tanto defende. Atingido este nível de ilegalidades, os conselheiros do partido a nível da província de Sofala disseram basta!

As exonerações e nomeações de delegados também ocorreram noutras províncias. Porque é que a contestação se verifica apenas em Sofala? Isso

não será força de alguma mão externa, visando fragilizar a oposição no seu bastião?

É preciso revisitar o passado. Sofala foi sempre a génese da democracia no país. Se a democracia é falada a nível internacional, Sofala aparece como epicentro das operações. Foi neste ponto do país onde surgiram grandes revoluções que mudaram o rumo da história do país. Portanto, apesar de respeitar a disciplina partidária, não podíamos ficar indiferentes a graves violações. A nossa liderança não pode pensar que a Renamo de 1977 é a mesma de hoje. Houve muitas transformações e os chefes também devem compreender essas dinâmicas.

Portanto, não há nenhuma força externa. A força que Sandura tem é injectada pelas bases. Nasci na família Renamo, cresci na família Renamo, sou filho de militantes da Renamo, que faleceram lutando pelas causas da Renamo. Portanto, não tenho nenhuma ligação com a Frelimo nem com pessoas próximas a ela. Sandura Ambrósio não é uma figura passível de ser teleguiada.

...ou são pessoas pró Elias Dhlakama que querem sabotar Ossufo Momade? Nunca falei com o general Elias Dhlakama, aliás, nós estamos a reivindicar uma coisa concreta que é o respeito pelos estatutos. Onde é que entra o general Elias?

O porta-voz da Renamo, José Mantegas, classificou as vossas atitudes como verdadeira afronta aos princípios do partido e que roçam o vandalismo...

Não estamos a ser vândalos e muito menos rebeldes. Identificámos uma falha e pelo bem do partido achamos que há necessidade de se corrigir esse erro. O descontentamento não é só de Sofala, as outras províncias, onde os delegados foram exonerados e nomeados sem respeitar a vontade das bases, também há focos de frustração.

Sou o legítimo delegado político da Renamo em Sofala. Não estou lá por vontade de alguém. Fui eleito pelos membros do partido. Portanto, o presidente Ossufo se está para servir o partido deve respeitar a vontade dos membros. Se o presidente não reconhece a minha legitimidade, então significa que ele não reconhece que em Sofala há bases da Renamo.

Na verdade, há pessoas que querem chegar à zona do conforto através do lambebotismo e fanatismo à figura do presidente. São essas pessoas, que se dizem doutores, que estão a arrastar o nosso presidente para um caminho lamacento.

Quem são essas pessoas?

São as pessoas que integram o Conselho Jurisdicional e outras próximas do presidente. Falo de Saimone Macuiane, Ezequiel Gusse, Gerónimo Malagueta e tantos outros. Alguns catalogam-se juristas, mas que de Direito não entendem nada. Se fossem juristas competentes não iriam aconselhar o presidente a violar estatutos. Os membros do



“Exigimos a reposição da legalidade”, Sandura Ambrósio

Conselho Jurisdicional estão a aconselhar mal o nosso presidente. É muito triste quando somos incumbidos a tarefa de ajudar a nossa liderança a dirigir o partido e desviamos-lo para ilegalidades. É lamentável.

Que fique claro, na Renamo todos somos importantes. Ossufo Momade, Saimone Macuiane, Ezequiel Gusse e outros não são mais importantes que qualquer outro membro da Renamo. O topo deve estar ciente de que quem o suporta é a base. Não há nenhuma estrutura que tem um topo firme sem uma base forte.

Por isso, Sandura não recua, não vamos parar. A Renamo é de todos nós e todos devemos cumprir os estatutos.

Diz que é o legítimo delegado, mas a direcção do partido não o reconhece. Como é que faz a interacção com a estrutura máxima da Renamo?

Estamos à procura de soluções para ultrapassar este diferendo. Já pedimos a intermediação do Arcebispo da Beira, Dom Cláudio Dalla Zuanna.

Contudo, que fique claro, as bases do partido são representadas pelos delegados distritais e esses votaram em mim. Os delegados distritais interagem comigo. Logo, se a direcção do partido quer trabalhar, deve ser comigo. Esse senhor que o presidente colocou na delegação não tem nenhuma legitimidade, ninguém o reconhece e não tem como trabalhar, porque nenhum delegado distrital vai lhe receber.

Sei por exemplo que, semana passada, o delegado indigitado, Ricardo Gerente, quis se deslocar a alguns distritos, mas não conseguiu porque os delegados distritais recusaram recebe-lo.

Com Afonso Dhlakama, os delegados provinciais nunca foram eleitos. Sempre foram indicados e não se reclamava. Ao reivindicar, após a morte do líder, não será desprezo à direcção actual?

Ninguém está a desprezar a nossa liderança. Agora, o presidente Dhlakama não era qualquer figura, era mestre dos mestres. Em Moçambique e no mundo jamais vamos encontrar um homem como aquele. Contudo, por Sofala ser o verdadeiro berço da democracia e por ser um ponto onde as injustiças não são aceites, veja o que aconteceu quando o presidente Dhlakama decidiu excluir Daviz Simango da corrida autárquica em 2008, o povo de Sofala disse logo, isso não senhor presidente, você está errado, está equivocado. Como ele não quis ouvir as bases, a Renamo dividiu-se.

Depois disso, o presidente Dhlakama

corrigiu-se. Antes de nomear qualquer delegado provincial ou tomar uma decisão que mexe com o partido, fazia trabalho de base que até podia durar seis meses. Nos últimos anos, o presidente Dhlakama já não nomeava delegados políticos provinciais. Quem fazia esse trabalho eram as conferências provinciais. Ele podia propor nomes, mas o trabalho era entregue aos conselhos provinciais, porque assim exigiam os estatutos do partido aprovados em 2009. Desde essa altura, a Renamo tem membros dos conselhos provinciais em número de 50 por cada província. Essas pessoas chegavam ao órgão provincial por via de votação e não por indicação.

Está a dizer-nos que há violação dos princípios democráticos na Renamo...

Sim, mas porque alguns colegas ambiciosos pelas frescuras não estão ajudar o nosso chefe. Há forças internas que querem colocar em causa a imagem do presidente Ossufo. São pessoas que estão mais preocupadas com ganhos pessoais e para tal preferem colocar o presidente em maus lençóis e prejudicar o partido.

O artigo 6 dos estatutos do partido defende a liberdade de expressão, de discussão e reconhecimento do pluralismo de opinião nos órgãos próprios do partido, a eleição, por voto secreto, dos titulares dos órgãos do partido e o respeito de todos pelas decisões da maioria.

Os nossos juristas estão a olhar para interesses de lambebotismo e fanatismo. Eu, Sandura Ambrósio, não sou fanático do presidente, sou fanático do partido.

O espírito de união, que tanto se falou no congresso, está a ser desfeito. Em Manica, por exemplo, para além de ter sido escorraçado, o delegado Sofrimento Matequenha foi espancado.

Na última sexta-feira, um grupo de membros da Renamo, supostamente vindos dos distritos, assaltou a sede provincial exigindo a sua recondução. Quem pagou as despesas dessas pessoas?

Deixe-me explicar o seguinte: Na última sexta-feira, 8 de Março, cerca de 350 membros da Renamo, de todos distritos, foram à sede provincial com o intuito de expulsar o grupo de invasores e recolocar o legítimo delegado. Queriam repor a legalidade. Como viramos nós dísticos, esses membros queriam repor a justiça. Contudo, como o nosso lema é o diálogo, pedimos calma. Não queríamos o derramamento de sangue, porque também sabíamos que a direcção do partido movimentou pessoas de Nampula e de Alto Molócuè para espancar nossos membros.

Quem suportou as despesas de transporte, alimentação e alojamento desses membros?

O Sandura não tirou nenhum tostão. Cada um dos membros suportou as suas despesas. Venderam milho, galinhas, cabritos, mexoeira, mapira e vieram para Beira. Quando as pessoas têm

a causa no coração, não olham para os custos.

Neste momento quem está na sede do partido?

Tivemos um entendimento com as autoridades policiais de que nenhuma das alas devia ocupar as instalações antes de resolvermos o imbróglio. Só que, infelizmente, como a polícia também gosta de confusão, entregaram a delegação ao grupo dos indigitados, mas os membros estão bastante furiosos e querem voltar novamente.

Caso não cheguem a entendimento e seja expulso da Renamo. Avança com a possibilidade de criar outro partido?

Tudo dependerá da vontade das bases. Mas, neste momento, o nosso único plano é defender os estatutos. Não estamos preocupados na formação de um novo partido. O que queremos é uma Renamo forte. Queremos levar o presidente Ossufo Momade e a Renamo ao poder nas eleições de Outubro.

Desde que começou a crise já se comunicou com Ossufo Momade?

Sim, uma vez. Ele pediu que haja bom senso e que respeitemos as orientações superiores. Nós nos mostramos abertos e prontos para cumprir com as ordens desde que se respeitem os estatutos.

Mas, agora que estou aqui em Maputo, acredito que nos vamos encontrar. Queremos sair desta situação que pouco contribui para a boa imagem do partido.

Tem apoio da ala militar?

Não tenho apoio de nenhuma ala militar, aliás, os militares são coordenados directamente pelo presidente. Aqui, estou a tratar de questões políticas.

Enquanto a crise continuar, a Renamo estará completamente paralisada em Sofala e estamos a escassos meses das eleições...

O partido não está parado. O delegado eleito está a trabalhar com os delegados distritais. Estamos a preparar o censo eleitoral. Todos os distritos já estão a trabalhar.

Perante este ambiente tenso que se vive em Sofala, a sua vida não está em risco?

Estou a correr sérios riscos de vida. Aliás, sou constantemente ameaçado e até há ordens para fuzilarem-me. Dizem que as ordens de acabar com a minha vida vêm do próprio presidente. Até há esquadrões montados para o efeito. Essas pessoas são lideradas por Geraldo Carvalho. Por duas vezes, tive ameaças directas de Geraldo Carvalho. No dia 18 de Fevereiro, apontou-me com uma arma de fogo no distrito de Nhamatanda. Também soube que, na última sexta-feira, tinha preparado pessoas para me atacarem. Só que, para o azar dele, eu não estava na sede quando essas pessoas chegaram. Já apresentei queixa crime à polícia, na pessoa do comandante provincial, e os meus advogados estão a trabalhar no assunto.

Geraldo Carvalho reage à acusação

O SAVANA interpelou esta quarta-feira, Geraldo de Carvalho, que disse de imediato desconhecer as acusações feitas por Sandura Ambrósio e exige provas sob pena de processá-lo judicialmente.

Aponta que Ambrósio está num desespero e a todo custo procura um bode expiatório para se salvar da situação em que ele próprio se mergulhou.

Segundo Carvalho, até ao momento ainda não foi notificado pela polícia para prestar quaisquer declarações sobre a possível queixa-crime submetida por Ambrósio e seus aliados de tentativa de assassinato.

Quem é Sandura Ambrósio

Sandura Ambrósio é deputado da Renamo, eleito pelo círculo eleitoral de Sofala. Ingressou na Renamo aos 15 anos em 1994. Diz que fez parte da liga juvenil da Renamo e nessa qualidade fez trabalhos de mobilização das bases em todos os distritos da província de Sofala.

Tem 40 anos de idade e nunca ocupou um cargo de direcção a nível partidário e justifica-se referindo que a importância dos membros da Renamo se nota no trabalho e não nos cargos.

Tem dois filhos e diz que nasceu dentro da família da Renamo. Os seus pais, em vida, foram militantes da Renamo na clandestinidade.

4.5G

GOLO

**Quando a ligação
é forte tudo bom
acontece**

Liga-te à Internet de alta velocidade

Vive e partilha todas as emoções
na rede mais rápida de Moçambique.

O futuro é tudobom.

Vamos?

 **vodacom**

Termos e condições: Para que os Clientes possam desfrutar a Rede 4.5G, devem ter um Smartphone e cartão SIM que suporte a tecnologia. A troca dos cartões SIM pode ser feita nas Lojas Vodacom.

Defende primeiro-ministro

“Não percamos o foco da paz por causa das dívidas”

Por Argunaldo Nhamossa

Enquanto os moçambicanos lutam pela declaração da inconstitucionalidade das dívidas ocultas, contidas na conta geral do Estado, bem como o seu não pagamento por não ter lhes beneficiado em nada, o primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, diz que este assunto não deve desviar o foco do executivo que é a manutenção da paz e implementação do Plano Quinquenal do Governo, apesar de reconhecer que o caso preocupa os moçambicanos.

Carlos Agostinho do Rosário, que falava nesta quarta e quinta-feira, na Assembleia da República, em sessão de informação do governo, assinou que o executivo não está a pagar as dívidas da EMATUM, MAM e ProÍndicus.

Com o assunto das dívidas ocultas e a detenção do deputado e ex-ministro das Finanças Manuel Chang, na África do Sul, em voga, a sessão desta quarta-feira arrancou com a bancada da Renamo exigindo esclarecimento da presidente da Assembleia da República (AR), Verónica Macamo, em torno da lei que norteou parecer favorável ao Tribunal Supremo (TS) para aplicação da medida de coação gravosa (prisão preventiva) ao antigo dirigente.

Em causa está a deliberação da Comissão Permanente da AR que em Fevereiro último anuiu o pedido do TS para o consentimento da AR com vista a detenção de Manuel Chang, que gerou discórdia entre as três bancadas representadas na CP, Frelimo, Renamo e MDM.

Segundo António Muchanga, deputado daquela formação política, que interpelou a mesa do plenário, a Constituição da República prevê somente a prisão do deputado em caso de flagrante delito. Visto que não se estava perante o caso, a AR tinha que debater a quebra de imunidade do deputado. Inconformado com a resposta de Macamo, que o remeteu a requerer um debate urgente da matéria naquele órgão, Muchanga prometeu dar continuidade a sua luta até que lhe sejam apresentados os fundamentos legais que nortearam a decisão da CP. No prosseguimento da sessão, o primeiro-ministro respondeu a questão colocada pela bancada do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que pretendia saber se o governo continua ou não com a reestruturação das dívidas ilegais contraídas no governo de Guebuza ao arpejo da legislação. Carlos Agostinho do Rosário referiu que o governo não tem estado a pagar as dívidas relativas à EMATUM, MAM e ProÍndicus, sendo que as únicas dívidas externas que tem vindo a pagar são as que contraiu junto de instituições como Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Islâmico de Desenvolvimento, entre outros.

Paralelamente a isto, avançou que o executivo está a interagir com os credores das dívidas ocultas com vista a encontrar soluções que melhor salvaguardarem o interesse nacional, sem referir qual.

Apontou o desenvolvimento deste assunto nas instâncias judiciais nacionais e internacionais como sendo

crucial pois vai trazer elementos que devem ser tomados em consideração no diálogo com os credores.

Destacou o pedido da Procuradoria Geral da República para o cancelamento da garantia soberana da dívida da ProÍndicus junto do Tribunal de Londres.

O dirigente diz reconhecer que a questão da dívida preocupa os moçambicanos, e apela para que os mesmos não desviem o foco do executivo que é a manutenção da paz e implementação do Plano Quinquenal do Governo com vista a contínua melhoria das condições de vida dos nacionais.

Carlos Agostinho do Rosário se esquece que foi devido a estas dívidas que o país foi precipitado a uma crise sem precedentes, que levou milhares de moçambicanos ao sofrimento causado pelo alto custo de vida, falência de empresas e o consequente aumento de classe de desempregados, falta de medicamentos nos hospitais e inclusive a incapacidade do executivo de fazer investimentos para o desenvolvimento do país.

Fiscais agiram dentro da lei

A bancada parlamentar da Renamo quis saber das causas que levaram a guarda florestal do Parque Nacional de Gorongosa a alvejar atiro seis cidadãos nacionais naquele ponto.

O ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, Higinio Marrule explicou que não se tratou de uso excessivo de força para gente indefesa, porque se estava numa situação em que indivíduos, em número estimado de 150, munidos de paus, catanas e pedras, ameaçaram de morte quatro fiscais do Parque que tinham apenas uma arma de fogo.

Marrule, que falava em representação do ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, explicou que os populares tem vindo ciclicamente a invadir o Parque para a prática de agricultura, caça furtiva e pesca, actos proibidos por lei naquele espaço dedicado a conservação da biodiversidade.

Preocupados com o avanço dos populares perante ordens de paragem e tiros ao ar, explica o ministro, os fiscais viram-se na contingência de se defender e feriram um indivíduo com tiro de arma de fogo, sendo que os restantes contraíram ferimentos após a queda durante a fuga do local do incidente.

Foi nesta perspectiva, de acordo com Marrule, que a PRM seguiu os instigadores e deteve oito deles. Realçou que o Parque Nacional da Gorongosa é um verdadeiro tesouro em matéria de valor de biodiversidade e constitui um destino para muitos amantes da natureza pelo que urge a sua protecção. Citou casos de Botsuana, Tanzânia, Zâmbia e Quênia em que o turismo baseado na natureza constitui uma indústria bilionária e nada deve impedir o nosso país de seguir o exemplo.

Quanto ao pedido de informação da bancada da Frelimo em torno das cheias que assolam o país, a ministra de Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namashulua, informou que até esta segunda-feira tinham sido afectadas 101.245 pessoas, 32 feridos, 327 salas de aulas e 17.361 casas destruídas parcial e

completamente. O executivo tem planos de contingências aprovados para fazer face a esta situação. Mas uma boa nova, no que diz respeito ao sector de estradas, foi anunciada pelo ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, João Machatine, segundo o qual os contratos de construção de estradas passam a

ter uma componente de manutenção pós obras, que poderá ir até 5 anos, permitindo deste modo que os empreiteiros construam as estradas com a qualidade desejada, sob pena deste mesmo empreiteiro ter de investir, em caso de anomalias que possam ocorrer ao longo da vigência do período, dinheiro próprio para a manutenção.

Sublinhou Machatine que os contratos de manutenção passarão a obedecer um ciclo diferente do ano económico, por forma a que os empreiteiros estejam disponíveis e com recursos para monitoria, preparação e resposta imediata em caso de ocorrência de precipitações prejudiciais às vias de acesso.



TENS MAIS 2 SORTEIOS QUINZENAIS PARA GANHAR ATÉ 75.000 MT

PARABÉNS AOS VENCEDORES DO QUINTO SORTEIO QUINZENAL

Prémio:	75.000 MT	50.000 MT	25.000 MT
Vencedor:	Glória Abrahamo	Mussá Mulaveia	Flávia Gemo
Localidade:	Machava	Quelimane	Maputo

Até 31 de Março paga as tuas compras, em POS do BCI (daki) ou no Estrangeiro e também podes ser como a Glória Abrahamo, o Mussá Mulaveia e a Flávia Gemo, vencedores do quinto sorteio quinzenal e habilita-te ainda ao sorteio final de um 4x4 0 km e muitos mais prémios.

Se ainda não és titular de um Cartão BCI, solicita já o teu e participa. Consulta o regulamento dosorteio e os diversos prémios desta campanha em www.bci.co.mz ou numa Agência do BCI.

Termos e condições aplicáveis.

BCI
É daqui.

fb.com/bciombanco



Um verdadeiro T1

120m²/ab



Sistema de CCTV - Portaria - Estacionamento - Ginásio - Piscina - Gerador e Estabilizador de tensão
Sistema de tratamento de água - Paredes duplas com isolamento térmico e acústico - Vidros duplos
Ar condicionado na sala, cozinha e quarto - Cozinha completamente equipada - Estores eléctricos



ACRAYA

RESIDENCE

Av Ahmed Sekou Touré 860

www.acraya.com

Espaço, conforto e qualidade de construção,
no que é provavelmente o melhor condomínio para viver em Maputo

Municípios de Angoche e Ilha de Moçambique reivindicam receitas

Por Arginaldo Nhamossa

Os presidentes das Assembleias Municipais da Ilha de Moçambique e de Angoche, na província de Nampula, solicitaram, última segunda-feira, a intervenção da ministra da Administração Estatal e Função Pública, Carmelita Namashulua, para reverter a seu favor as receitas turísticas das respectivas edilidades que a Administração Marítima pretende cobrar a partir deste ano.

Este é o primeiro braço-de-ferro conhecido publicamente na governação autárquica desde a tomada de posse e instalação dos referidos órgãos, em Fevereiro último. Os municípios da Ilha de Moçambique e Angoche são agora governados pela Renamo, na sequência da vitória nas eleições de 10 de Outubro passado.

Evocando a necessidade do cumprimento do diploma ministerial nr. 218/2013 de 30 de Dezembro, os serviços de Administração Marítima emitiram uma circular na qual comunicam as instâncias turísticas, barracas e outras actividades lucrativas localizadas num raio de 100 metros da linha costeira que devem passar a efectuar o pagamento das taxas referentes ao exercício de actividade naquela instituição.

Datada de 10 de Janeiro de 2019, a circular foi dirigida a todos estabelecimentos comerciais com conhecimento dos governos distritais e nada foi comunicado as autoridades municipais.

Esta situação não está sendo bem



Serviços de administração marítima de Angoche

vista pelas duas edilidades que já evocam questões de perseguições partidárias, alegando que enquanto o poder esteve com a Frelimo não se verificava esta situação.

Ismail Chacufa, presidente da Assembleia Municipal da Ilha de Moçambique, levantou esta questão no decurso da X reunião nacional das autarquias locais que juntou, na capital do país, os dirigentes e/ou representantes dos 53 municípios, bem como governadores provinciais.

Diz estranhar, Chacufa, o facto da Administração Marítima preten-

der implementar este dispositivo somente agora que o município está nas mãos da Renamo. Explicou que as demonstrações financeiras da anterior governação revelam que a edilidade era responsável pela colecta de receitas nos locais reivindicados pela Administração Marítima.

Deste modo, solicitou a intervenção da ministra da Administração Estatal e Função Pública (MAE-FP), Carmelita Namashulua, para que, no espírito de diálogo e busca de receitas para garantir a auto-sustentabilidade, anunciadas pelo Chefe de Estado na abertura da reunião, seja encontrada uma solução.

Ao SAVANA, Chacufa explicou que, dadas as suas especificidades, o município da Ilha de Moçambique, tem naquelas taxas a sua espinha dorsal para garantir a auto-sustentabilidade.

Esta questão foi também levantada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angoche, Alberto Assane, ironizando, disse que não irá tardar que a Administração Marítima passe a lhes cobrar uma taxa de ocupação de espaço por estarem localizados dentro do referido perímetro. Frisou igualmente que enquanto o partido Frelimo dirigia os destinos do Município não se falava deste assunto, mas agora que é a vez da Renamo há muito barulho. Prosseguindo, Assane pediu a clarificação do mandato e atribuições dos secretários de bairros. Isto porque a nível da sua autarquia, os secretários dos bairros cobram valores monetários na tramitação de documentos que em contrapartida os referidos valores nunca chegam aos cofres do Município. Ademais, Assane disse desconhecer o mandato dos secretários dos bairros ou como são nomeados pelo que de

forma preliminar o Município de Angoche aprovou uma directiva solicitando a devolução de carimbos e bandeiras municipais que estão na alçada dos secretários até que a situação seja devidamente esclarecida.

Intervindo na ocasião, o presidente da Autarquia de Boane, Jacinto Loureiro, apelou a aprovação de um instrumento legal que defina as atribuições do secretário de bairro. O município de Boane, província de Maputo, é governado pela Frelimo.

Por exemplo, prosseguiu Loureiro, se o secretário do bairro é eleito ou nomeado, a quem deve prestar contas uma vez que toma decisões que impactam directamente no funcionamento das autarquias que em algum momento podem não estar alinhadas ao plano de governação municipal.

Namashulua disse ter tomado nota dos dois pontos levantados e prometeu analisá-los ao pormenor para posterior tomada de decisão.

Resolvam problemas do povo

Num evento marcado pela ausência dos edis da Beira, Daviz Simango; de Quelimane, Manuel de Araújo e da autarquia de Nampula, Paulo Vahanle, no dia da abertura, o presidente da República, Filipe Nyusi, apelou aos recém-empossados presidentes das autarquias para focarem a governação autárquica na resolução dos problemas das populações locais. Ao que o SAVANA apurou, Manuel de Araújo e Paulo Vahanle estão em missão de trabalho em Portugal. Quem esteve em representação do Município da Beira, foi o respectivo presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Lang.

Falando na última segunda-feira na

abertura da X reunião nacional das autarquias locais, que hoje termina, Nyusi apelou a concertação no trabalho, alegando que os edis foram eleitos para servirem e não para se servirem.

Considerou que o lema do evento “por uma governação autárquica íntegra, participativa e inclusiva” sublinha a necessidade de uma governação baseada na transparência e prestação de contas, acima de tudo, aos munícipes que confiou o mandato.

Numa altura em que a imagem do país está chamuscada devido ao escândalo das dívidas ocultas e, por consequência, perdido confiança dos parceiros, Nyusi destacou que a reunião decorre num momento político em que o governo reitera o seu compromisso no combate à corrupção como o mais urgente de todos os desafios para edificação de uma administração pública íntegra e de busca de resultados positivos na sua actuação.

“Há muita corrupção nas autarquias, os processos são muitos e nós não temos espaço para recolher as pessoas que fazem isso. Não foram eleitos para abusar o poder e nem sequer usar o bem público para favor próprio”, disse.

Tendo frisado que tem apelado aos gestores públicos e privados para pautarem por uma cultura de responsabilização e prestação de contas, bem como na observância de valores de humanismo, humildade e honestidade e integridade na actuação.

Nyusi chamou atenção para se evitar a disputa do poder entre o presidente do Conselho Municipal, administrador e governador provincial, alegando que há clareza naquilo que cada um deve fazer, dando a entender que no quadro da descentralização, a partir do próximo ano, passarão a conviver com a figura do Secretário de Estado (SE), indicado centralmente.

Desafiou aos edis para focarem o trabalho na resolução de problemas como a pobreza, desemprego, ordenamento territorial, combate aos assentamentos informais e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, pois só com um território planificado é possível promover o desenvolvimento sustentável.

“Através de acções conjugadas entre o governo e as autarquias locais encontrem tempo para pensar como é que podemos resolver os problemas, cada um no seu posto de trabalho. Não pensem que virá uma máquina do Estado que vai fabricar emprego e comida”, disse. Para a solução destas questões, Nyusi apontou para a necessidade do reforço da captação de receitas para melhorar os níveis de investimentos, sendo que não se pode continuar a proclamar mais municípios enquanto a sua capacidade de existência ainda é menor.

REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
INSTITUTO NACIONAL DA MARINHA
ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA DA ILHA DE MOÇAMBIQUE
SECRETARIA

À
Todas Estâncias Turísticas da Jurisdição
Da Ilha de Moçambique

Ilha de Mocambque

N/REF: 16 /ADMAR/S/319/2019 Data: 10/01/2019

Assunto: Informação.

Por meio desta, temos a honra de informar a V.Excia, que o pagamento das Estâncias Turísticas, barracas, e outras actividades com fins lucrativos dentro de 100 metros de linha de base (pré-mar), que estão sob Jurisdição da Administração Marítima da Ilha de Moçambique ou Delegação Marítima, será feito os seus pagamentos de terrenos do domínio público marítimo, nas Instituições acima citada de acordo com o Diploma Ministerial nº 218/2013 de 30 de Dezembro, anexo tabela de taxa número de ordem 120.

Com os melhores cumprimentos.

O Administrador Marítimo,
Manuel Roberto Gaique
(Técnico Sup. T. C. Meteorologia N1)

C/C: Governo de Distrito da Ilha de Moçambique

ENDEREÇO: Admar-Ilha Av. Amílcar Cabral C.P.92*Telef 26610176,Fax 26610197

AQUI CONSIGO MOLA A DOBRAR

DOBRA MOLA

O **Dobra Mola** está de volta! Receba o seu salário no Millennium bim e habilite-se a ter o dobro dos motivos para sorrir. De 10 de Fevereiro a 10 de Julho de 2019, serão premiados 10 Clientes por mês, com o **prémio máximo mensal de 20.000MZN**. No total, 60 Clientes terão o seu salário a dobrar, durante 6 meses. Serão elegíveis os Clientes que receberam o seu salário no Banco, no mês anterior.

Para mais informações, consulte o regulamento do sorteio no nosso *website* ou visite um Balcão Millennium bim perto de si.

Temos e condições aplicáveis.

MILLENNIUM BIM. AQUI CONSIGO.



21 35 00 35
82 35 00 350
84 35 00 350
86 35 00 350
millenniumbim.co.mz

Millennium
bim

Resultados do inventário florestal

Especialistas recomendam interrupção de concessões florestais

Interromper a atribuição de licenças para a exploração de recursos florestais, reduzir o número de operadores e concessões florestais, estender o período de defeso especial de madeiras de espécies preciosas por um período de 15 anos, são parte das várias recomendações de especialistas responsáveis pelo último Inventário Florestal Nacional (IFN).

O documento, ora na posse do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) através da Direcção Nacional de Florestas (DINAF), refere que os níveis de desmatamento estão a crescer de forma preocupante no país e que, nos últimos 10 anos, Moçambique perdeu cerca de 21% da sua área florestal estimada em 34 milhões de hectares, o equivalente a 41% do território nacional. Em média, o país perde cerca de 219 mil hectares por ano.

Sob auspício do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), organizações da sociedade civil, membros do governo e parceiros de cooperação reuniram-se, há dias, na cidade da Beira, capital provincial de Sofala,



Técnicos do MITADER durante os trabalhos do inventário florestal nacional

para analisar a sustentabilidade da exploração dos recursos naturais e planificar actividades para o presente ano no capítulo referente a governação florestal.

Foi nesse encontro que Renato Timana, técnico da DINAF, fez apresentação do último relatório do inventário florestal no qual descreveu um cenário sombrio nas florestas moçambicanas.

Segundo o documento, de 2007 a esta parte, Moçambique perdeu 21% da área florestal total e 36% da área florestal activa. Isto é, dos cerca de 40 milhões de hectares repor-

tados em 2007, o volume caiu para cerca de 26 milhões.

Segundo o técnico da DINAF, o decréscimo acentuado verificou-se nas províncias de Maputo, Nampula, Niassa e Manica, com 64, 64, 53 e 52%, respectivamente.

Para contornar a situação, o grupo responsável pelo inventário recomendou a extensão do período de defeso especial de cinco anos para 15 anos nas espécies preciosas, sobretudo o pau-ferro, manter a proibição de entrada de novos operadores florestais por um período de 10 anos, reduzir o número actual de

operadores florestais para além de requalificação das concessões florestais que se encontram parcialmente dentro das áreas de protecção.

Actualmente, o corte anual admissível de madeira de classe preciosa e da primeira classe em todo país está estimado em 446.728 metros cúbicos ano, mas que a realidade está muito acima desses números.

O abate indiscriminado de árvores para a produção de madeira e combustíveis (lenha e carvão), as queimadas descontroladas para a prática de agricultura e caça de animais de pequena espécie, são parte das razões por detrás do intenso desmatamento. Perante esta triste realidade, as organizações da sociedade civil, presentes no encontro, apresentaram um conjunto de acções que estão a ser desenvolvidas para minimizar a situação.

António Serra, coordenador do Programa Governação Florestal – a Urgência do Momento, uma iniciativa implementada pelo WWF, que tem por objectivo promover o uso sustentável dos recursos florestais através da melhoria da governação dos recursos florestais, referiu que os problemas relacionados com o corte ilegal de madeira continua preocu-

pante, sobretudo na província de Tete.

Contudo, através do seu programa, há mudanças notáveis. Destacou a maior conscientização da sociedade civil sobre seus direitos, responsabilidades e papel na promoção de uma melhor governação florestal para além de aumento da sua participação nos processos decisórios. Segundo Serra, as comunidades estão mais conscientes das questões de governação florestal e seus direitos e a defesa comunitária parece estar a aumentar com a frequência de pagamento dos 20%.

“As comunidades foram alertadas para denunciar práticas florestais ilegais e estão cada vez mais fazendo isso. Guardas da comunidade estão participando do controlo e gestão dos recursos naturais. As comunidades estão agora mais vigilantes no controlo de seus recursos florestais. Os líderes comunitários estão mais envolvidos na conservação das florestas do que quando o projeto começou”, vangloriou-se.

Sublinhou que o projecto aumentou a vontade política dos principais actores florestais do governo para proteger e conservar os recursos florestais. (Raúl Senda)

Comunidades emponderadas

Mais de quatro milhões e meio de dólares norte-americanos estão a ser investidos nas províncias da Zambézia e Cabo Delgado, em dez projectos de gestão integrada de recursos, na perspectiva de reduzir a pressão sobre as florestas, com envolvimento das comunidades.

Ligado à operacionalização da iniciativa, realizou-se, há dias, na cidade de Nampula, a reunião do Comité Nacional de Gestão do Projecto Mecanismo de Doação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (MozDGM), uma plataforma nacional de advocacia na área de gestão sustentável dos recursos naturais.

O presidente desta organização, Daniel Maúla, explicou que, com o projecto, pretende-se prestar assistência técnica e financeira às comunidades para uma gestão integrada de recur-

sos, nomeadamente manejo comunitário, biomassa, estabelecimento do quadro legal e adopção de uma política neste domínio.

Daniel Maúla referiu que as actividades alternativas as florestas incluem produtos não florestais, agricultura, criação de gado bovino, produção de mel, entre outras.

O projecto será desenvolvido em cinco anos, prevendo-se que, até ao fim deste período, mais de cinco mil pessoas estejam sensibilizadas e capacitadas para tomar decisões sobre a gestão integrada de recursos naturais na Zambézia e Cabo Delgado.

A iniciativa - que iniciou formalmente as suas actividades em Fevereiro 2018, depois de um longo período de gestação - funciona, neste momento, com fundos de parceiros, canalizados através do Banco Mundial.

Cada associação comunitária pode concorrer para o acesso a valores que variam de 150 mil a 200 mil dólares. No entanto, a província de Sofala também acolheu o intercâmbio regional entre os membros dos Comités Locais de Gestão de Recursos Naturais provenientes de Moçambique, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa de Marfim, Gana, Quénia e Burquina Faso.

O encontro tinha por objectivo aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos de partilha de benefícios provenientes das receitas resultantes do manejo e utilização de recursos naturais.



Daniel Maúla

Acesso ao fundo ambiental

Apenas para comunidades que preservarem a biodiversidade

Só vão continuar a beneficiar dos pagamentos por serviços ambientais as comunidades que apresentarem provas concretas do seu comprometimento com a conservação da biodiversidade.

A garantia foi dada, semana finda, por Maurício Xirinda, representante da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), à margem da visita que o grupo de cientistas da Comissão de Gestão de Ecossistemas desta organização efectuou à Reserva Especial de Maputo (REM).

O pagamento por serviços ambientais, explicou Xirinda, consiste, basicamente, no pagamento de projectos/actividades das comunidades que prestarem um bom serviço ao ambiente. Xirinda detalhou que as comunidades, uma vez apresentadas as provas de conservação da biodiversidade, apresentam o projecto/actividade e a IUCN procede com o devido financiamento. Às comunidades, detalhou o responsável, não serão

entregues qualquer valor em espécie.

A IUCN está, actualmente, a implementar em Moçambique, desde Dezembro de 2017, o projecto de resiliência costeira face às mudanças climáticas nos distritos de Inhassoro, Dondo e Memba, nas províncias da Inhambane, Sofala e Nampula, respectivamente.

O projecto, que vai até 2021, está orçado em USD 7,8 milhões e é financiado pela embaixada da Suécia. A IUCN está coordenar o projecto em parceria com o Ministério de Mar, Águas Interiores e Pescas e a RADE.

Numa avaliação preliminar do primeiro ano de implementação do projecto de resiliência costeira nos distritos de Inhassoro, Dondo e Mamba, Maurício Xirinda disse que subsistem ainda alguns desafios, sobretudo, no que a gestão sustentável dos recursos marinhos diz respeito.

No rol das más práticas, anotou o representante da IUCN, algumas comunidades continuam a apregoar a pesca insustentável, caracterizada, essencialmente, pela cap-

tura dos recursos aquíferos até no período de veda. Esta atitude, segundo disse, tem contribuído para a degradação precoce dos recursos. E porque não é apenas de maus exemplos que é composto o balanço preliminar do primeiro ano de implementação do projecto, Maurício Xirinda, isto no campo das boas práticas, disse que o distrito de Memba parte na *pole position*. Anotou que as comunidades deste distrito têm gerido de forma exemplar o mangal, de tal forma que se apresenta, segundo disse, praticamente intacto.

Mathieu Ducroq, especialista em gestão de ecossistemas costeiros da IUCN, que visitou a Reserva Especial de Maputo, chamou atenção ao facto de a população que vive ao longo do litoral e que depende literalmente dos recursos marinhos para a sobrevivência estar a crescer a um ritmo acelerado. Para fazer face a esta realidade, Ducroq disse ser imperioso que se invista em medidas de preservação, dentre várias, indica a criação de áreas protegidas e a manutenção da vegetação ao longo da costa para conter a erosão.

Seminário Internacional de Reflexão sobre o Endividamento Público

HOTEL VIP MAPUTO
15 de Março de 2019
8h30

*Como evitar a repetição
das dívidas odiosas?*



**Matthias
Goldmann**

Matthias Goldmann - nascido em 1978, estudou direito em Wuerzburg (Alemanha), Fribourg (Suíça) e na New York University (Estados Unidos). De 2004 a 2016, foi pesquisador sênior do Instituto Max Planck de Direito Internacional em Heidelberg, na Alemanha. Desde 2016, ele é professor de Direito Internacional Público e Direito Financeiro na Goethe University Frankfurt. Ele possui várias publicações sobre questões de dívida soberana. Entre outras funções, ele foi membro do Grupo de Trabalho da UNCTAD sobre um Mecanismo de Treinamento da Dívida Soberana (2013-2015) e especialista em dívida soberana e direitos humanos com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

- Matthias Goldmann (keynote speaker)
- Tirivangani Mutazu (Senior Policy Analyst responsible for Debt Management Portfolio, AFRODAD)
- Prof. Roberto Tibana (Economista)
- Procuradoria Geral da República (TBC); Assembleia da República (TBC);
Ministério de Economia e Finanças (TBC).



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade



ALVARÁ Nº 23/UNI-ES/UDM/MCTESTP/2017

AULA INAUGURAL
(FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E SOCIAIS)

**"O PAPEL DA BOLSA DE VALORES NO FORTALECIMENTO
DO SISTEMA FINANCEIRO EM MOÇAMBIQUE"**
(Tendências, Desafios e Perspectivas)

No dia 15 de Março de 2019, Sexta-feira, pelas 10 horas,
no Anfiteatro da UDM, sito na Avenida Albert Lithuli
408/438 r/c, Maputo

Orador:
Dr. Salim Cripton Vala



Tel.: 21 302 102/16 • Fax: 21 302 107 • Cel: +258 82 305 5176 / 82 305 5167 / 82 305 5178
Email: mciudm@gmail.com • www.udm.ac.mz • Maputo - Moçambique

Boeing promete “melhorar” 737 Max

Pressionado pela proibição em mais de 40 países, o fabricante do modelo que sofreu dois acidentes em cinco meses diz que prepara “actualizações” para melhorar a segurança.

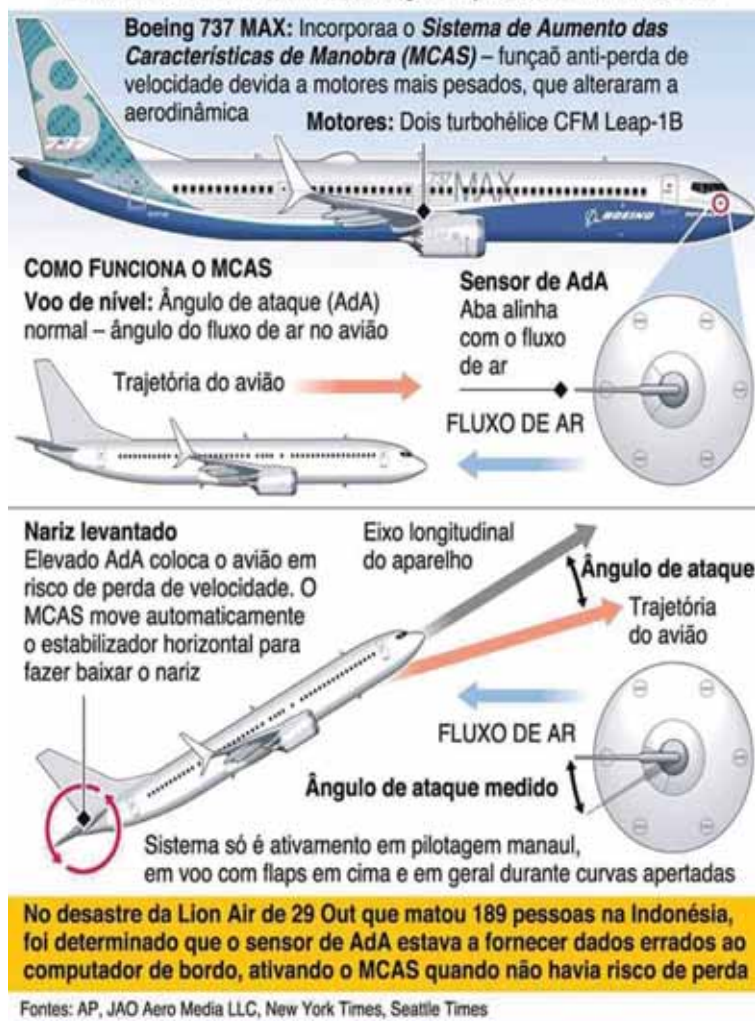
Casa roubada, tranças à porta. Este ditado português parece servir como uma luva ao anúncio feito pela Boeing nas últimas horas. O fabricante norte-americano de aviões promete mudanças relevantes na configuração do Boeing 737 Max, depois deste modelo ter estado envolvido em dois acidentes aéreos muito semelhantes que mataram 346 pessoas. O desastre mais recente, no domingo passado, na Etiópia, levou à interdição deste modelo no espaço aéreo de 32 países europeus e em mais uma dezena de outros países, incluindo China, Índia, Singapura e Austrália.

Num comunicado publicado no *site*, a Boeing diz que vai aplicar melhorias no 737 Max “a partir das próximas semanas”, incluindo “actualizações do MCAS, dos mostradores usados pelos pilotos, dos manuais de operações e na formação das equipas”. O construtor de Chicago garante que tem vindo a trabalhar nestes melhoramentos “nos últimos meses, e na sequência do acidente com o Lion Air 610”, a 29 de Outubro de 2018, na Indonésia.

Estas “actualizações”, nas palavras da Boeing, vão ao encontro de todas as queixas que têm sido formuladas por pilotos que têm estado a operar o 737 Max, a começar pelos profissionais da norte-americana Southwest Airlines, que é o principal cliente deste modelo. A Southwest exigiu ao fabricante que melhorasse a principal novidade desta geração da família 737, o MCAS, logo após a queda do avião da Lion Air no mar de Java, onde morreram 189 pessoas. No comunicado agora publicado, o fabricante confirma que as mudanças a introduzir em breve se basearam “no feedback de clientes”. A Southwest encomen-

Boeing “reteve informação” sobre o 737 MAX

A Boeing não comunicou aos pilotos de linha aérea as características de um novo sistema de controlo de voo que pode ter tido papel na queda de um avião 737 MAX indonésio, segundo pilotos de linha nos EUA



dou 280 unidades do 737 Max 8, a maior encomenda de uma só companhia em todo o mundo. Na sequência do desastre na Indonésia, que tem muitas semelhanças com o que ocorreu domingo passado na Etiópia, esta transportadora pediu alterações no MCAS, um mecanismo tecnológico que deveria actuar de forma automática sobre o estabilizador horizontal do aparelho, em caso de perda de sustentação. O relatório da investigação ao Lion Air 610 revelou que este MCAS actuou 26 vezes nos 12 minutos que durou o fatídico voo até à queda, um facto que, dizem pilotos, ajuda a justificar o acidente e só se explica devido a um mau funcionamento do MCAS,

que terá agido com base em dados errados recolhidos por uma das duas sondas que alimenta o sistema. A Southwest exigiu mais redundâncias no mecanismo, que permita aos pilotos despistarem informação errónea de uma tecnologia que assenta em apenas duas sondas.

“Nos últimos meses, a Boeing tem vindo a desenvolver melhoramentos no *software* de controlo de voo do 737 Max, para tornar este modelo ainda mais seguro. Isto inclui actualizações do MCAS, dos instrumentos de apoio visual para pilotos, dos manuais e da formação de equipas. Os melhoramentos incorporam *inputs* ao ângulo de ataque, limita a actuação sobre o estabi-

lizador como resposta a dados errados sobre o ângulo de ataque e fornece um limitador desse automatismo”, que permite aos pilotos manter autoridade sobre o controlo do aparelho, escreve a empresa.

A Boeing diz que tem estado a trabalhar com o regulador da aviação civil nos EUA, a FAA (Federal Aviation Administration), no desenvolvimento, planeamento e certificação destas melhorias de *software*. Depois da interdição na Europa, a pressão ficou toda do lado da FAA que, até ao momento, se recusou a proibir voos neste modelo, ao contrário do que acabaria por fazer a congénera europeia, a EASA (European

Aviation Safety Agency).

A FAA deverá, segundo a Boeing, emitir uma directiva sobre estes melhoramentos ainda este mês. O fabricante nota que o MCAS introduzido na série 737 Max “foi testado em voo durante o processo de certificação”.

Suspeita-se que esse automatismo possa ter tido influência fatal no acidente de domingo, que matou 157 pessoas nos arredores de Addis-Abeba, tendo em conta o que se sabe sobre o que ocorreu: instável velocidade vertical (que mede o ritmo de ascensão ou descida de um avião); problemas nos primeiros minutos após a descolagem; e uma caída a pique.

Um moçambicano entre as vítimas

Um cidadão moçambicano é uma das vítimas do desastre aéreo da Ethiopian Airlines, em Adis Abeba, que vitimou 157 pessoas. O moçambicano é Marcelino Tayob, natural da Zambézia, funcionário da Organização das Nações Unidas.

Todas as 157 pessoas a bordo do avião da Ethiopian Airlines morreram e as autoridades etíopes disseram que trinta diferentes nacionalidades se encontravam a bordo, muitos deles a caminho de Nairobi para uma conferência internacional sobre o meio ambiente em que devia estar presente o secretário-geral da ONU António Guterres.

A bordo encontravam-se 32 quenianos, 18 canadianos, nove etíopes, oito italianos, oito chineses, oito americanos, sete britânicos, sete franceses, seis egípcios, cinco holandeses, quatro indianos, quatro eslovacos, três austríacos, três suecos, três russos, dois marroquinos, dois espanhóis, dois polacos e dois israelitas. Cidadãos da Bélgica, Indonésia, Somália, Noruega, Sérvia, Togo, Ruanda, Sudão, Uganda e Iémen também se encontravam a bordo, bem como quatro passageiros viajando com passaportes da ONU.

O avião Boeing 737 MAX 8 despenhou pouco depois de levantar voo de Adis Abeba para Nairobi e tinha anteriormente viajado da África do Sul para a capital etíope.

O avião tinha sido entregue em Novembro às linhas aéreas etíopes, que comprou seis aviões do mesmo tipo, um dos quais ainda está por ser entregue.



Carne de frango continua luxo na dieta alimentar da maioria das famílias

Cada moçambicano consome apenas 3.5 kg/ano

... enquanto que na vizinha África do Sul, a média anual é de 30kg/ano por cada pessoa

Não obstante as autoridades governamentais reivindicarem o crescimento dos níveis de produção e consumo de carne de frango no país, a realidade prática mostra um cenário totalmente contrário.

Em Moçambique, em média, cada pessoa consome apenas 3.5 quilogramas de frango por ano contra cerca de 30 quilogramas que cada sul-africano absorve anualmente.

Segundo Américo Marques, director da Higest Moçambique, 70% do frango consumido em Moçambique é produzido localmente através de grandes e pequenos produtores e os custos de produção são elevados.

Marques, que falava na abertura da XVI Conferência Anual do Sector Privado, um evento organizado pela Confederação das Associações Económicas, referiu que 70% das despesas dos avicultores provém da aquisição de rações.

De acordo com o responsável da Higest, grande parte do milho usado como matéria-prima para a produção de ração é importado, porque, internamente, não há capacidade nem qualidade.

Américo Marques referiu que os grandes produtores sempre tentaram estabelecer parcerias com os agricultores nacionais para o fornecimento de matérias-primas, mas essa ligação tem sido difícil, porque a qualidade do produto não satisfaz as exigências do mercado para além de que é mais caro trazer milho da região norte e centro do país do que dos países vizinhos.

O cadeia de produção alimentou acesos debates das primeiras horas da conferência de dois dias que contou com a presença do presidente da República, Filipe Nyusi.

Por sua vez, Arnaldo Ribeiro, representante do sector agrícola na CTA, disse que a garantia do mercado e preço compensatório faz com que o produto apareça.

Sublinhou que o problema do milho e de outras culturas - como arroz - não aparecem em quantidade por falta de capacidade de produção, mas devido as compensações que são baixas o que desanima os agricultores.

Apontou como exemplo as culturas de cana de açúcar e banana que por possuir um mercado compensatório, a produção é maior.

Na sua intervenção, Teodósio Manjate, presidente da Associação de Agronegócios de Gaza, referiu que é inconcebível rentabilizar a cultura de arroz enquanto as grandes companhias adquirem o produto ao agricultor a um preço de 15 meticais para depois vender a 50 meticais o quilograma no mercado.

No encontro realizado esta quarta e quinta-feira na cidade de Maputo, a classe empresarial apresentou um pedido de apoio ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), na angariação de 850 milhões de dólares para dinamizar projectos em diversas áreas de investimento.

Trata-se de projectos distribuídos em áreas de agronegócio, agro-indústria, energia, mineração, infraestruturas e turismo.

Esta manifestação foi feita pelo presidente do Conselho Directivo da CTA, Agostinho Vuma.

Vuma disse esperar que a relação que a CTA tem com o BAD produza resultados concretos, traduzindo-se no maior acesso aos produtos e serviços que aquela instituição financeira oferece às empresas moçambicanas.

Essencialmente, o objectivo da CTA é permitir a aproximação do empresário moçambicano com os diferentes investidores a fim de discutir negócios concretos, em todos os sectores estruturantes da economia, com enfoque para a agricultura e agronegócio.

BAD garante apoio

Por seu turno, o vice-presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Mateus Magala, disse que o BAD é a resposta que se requer no financiamento do sector privado em África.

O vice-presidente informou que o banco já disponibilizou 400 milhões de euros, no âmbito do Compacto Lusófono para o desenvolvimento dos países de língua oficial portuguesa. O valor vai incidir sobre 25 projectos já apresentados pelo Gabinete de Apoio Empresarial da Confederação das Associações Económicas, nas áreas de educação, turismo, energia, agricultura e infra-estruturas.

Sublinhou que o banco está a promover com os cinco Países Africanos de Língua Portuguesa, Guiné-equatorial e Portugal uma nova plataforma para canalizar investimentos em projectos estruturantes privados e de parceria público-privado.

Mateus Magala comprometeu-se em apoiar o país, mas recomenda mudanças estruturais de modo a responder os desafios actuais sobretudo no componente de agronegócio.

Referiu que o sector da agricultura apesar de ser considerado importante e empregar a maioria dos moçambicanos, a sua contribuição na economia ainda continua muito além da sua potência e para ele, se se quiser de facto inverter a situação, terá que se introduzir uma inovação no pensamento e uma nova abordagem a agricultura centralizada no fortalecimento das cadeias do valor e desenvolvimento do agronegócio, bem como nos investimentos em infraestruturas necessárias para uma agricultura competitiva.

Falou da necessidade de se investir mais e melhor na energia, vias de acesso, transporte e portos para permitir maior acesso aos mercados regionais e globais.

Refere que desta forma, a visão do BAD é de uma industrialização da agricultura moçambicana, através do desenvolvimento de zonas especiais de agricultura e desenvolvimento de corredores de agricultura.



PEDIDO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEDRA TIPO BALASTRO E SEUS AGREGADOS PARA SUPORTAR ACTIVIDADES DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA.

Período do contrato: 03 anos

Local de fornecimento:

Corredor Logístico Integrado de Nacala

Extensão do Corredor: 912 km de via férrea atravessando dois países nas seguintes localidades:

Moçambique: Nacala, Nampula, Ribaué, Malema, Cuamba, Entre Lagos e Moatize. **Malawi:** Liwonde e Zalewa

Data limite de envio de manifestação de interesse: 10 dias corridos após à data de divulgação deste anúncio.

As propostas deverão ser enviadas para o e-mail abaixo, com intenção de participar no processo licitatório, onde deverá constar:

- Dados básicos da empresa;
- Pessoa de contacto;
- Endereço de todas as jazidas sobre suas posses.

E-mail: robert.silva@cln.co.mz

A CLN vai agendar a posterior (data e hora) para ir às pedreiras das empresas que demonstraram interesse e foram seleccionadas para recolher amostras do material das mesmas, para que sejam realizados testes em laboratório para homologação da jazida/empresa.





MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA O ALUGUER DE OFICINA, ARMAZÉNS E RESPECTIVAS INSTALAÇÕES EM PEMBA PARA APOIAR AS OPERAÇÕES DA CORAL FLNG S.A.

A **Coral FNLG S.A.** convida às Empresas interessadas a submeterem a sua *Manifestação de Interesse* para a provisão de fornecimento de armazéns, oficina e respectivas instalações em Pemba, em regime de aluguer, para apoiar as operações da Coral South FLNG S.A., conforme especificado abaixo:

ÂMBITO DO TRABALHO

O Âmbito do Trabalho visa o aluguer de armazéns, oficinas, áreas abertas e respectivas instalações em Pemba, em regime de aluguer, incluindo gestão das instalações, armazenamento de material, equipamento e execução de actividades de manutenção e reparação, com uma duração firme estimada de dez (10) anos incluindo duas (2) extensões opcionais de 5 anos cada.

As instalações e as áreas abertas devem obedecer os seguintes requisitos:

1. INSTALAÇÕES COBERTAS

Deverão comportar uma área de cerca de 9.000 m² de infraestrutura coberta dedicada ao armazém principal, armazém químico e oficina e respectivos escritórios.

2. ÁREAS ABERTAS

Deverão comportar uma área de cerca de 12.000 m² de área plana de superfície aberta dedicada à área de armazenamento aberto, área de armazenamento protegido, pátio de fabricação de tubulação, área de armazenamento de resíduos, área de armazenamento caucionado às alfandegas e um estacionamento.

DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA

As Empresas interessadas poderão submeter a sua *Manifestação de Interesse* fornecendo e ou comprovar o seguinte:

- 1- A existência dum Sistema de Saúde, Segurança e Meio ambiente (HSE) implementado;
- 2- A existência dos seus próprios padrões e procedimentos de Saúde, Segurança e Meio ambiente (HSE);
- 3- Caso deseje manifestar o interesse como Consórcio ou joint venture, informações sobre cada membro do consórcio ou joint venture e o papel de cada participante no potencial projeto. Essa intenção de formar um consórcio ou uma JV deve ser apoiada por um Acordo ou "Memorando de Entendimento" devidamente assinado por cada entidade no grupo;
- 4- Relatórios Financeiros e Anuais dos últimos três anos incluindo Balancete, Lucros e Perdas e demonstração do Fluxo de Caixa que comprovem no mínimo a capacidade financeira de executar as actividades do objecto deste anúncio público. Estes documentos deverão ser fornecidos pelo grupo da Empresa (se aplicável), e também pela Empresa que poderá entrar como objec-

to do Contracto;

- 5- Evidência que a Empresa esteja devidamente registada em Moçambique. Caso não esteja, o proponente deverá indicar se estaria disposto a efectuar o registo de imediato da entidade legal em Moçambique;
- 6- Cópia autenticada do Registo Comercial da Empresa, Nome da entidade legal e pessoa de contacto para recepção da qualificação e informação comercial e outras informações relevantes da Coral FLNG;
- 7- A Estrutura da Empresa ou Grupo com a lista dos maiores accionistas e os seus beneficiários finais (caso não estejam registados na bolsa de valores);
- 8- Qualquer outra informação que comprove que a empresa é capaz de executar o Âmbito do Trabalho.

As Empresas interessadas deverão submeter a sua *Manifestação de Interesse*, anexando toda a documentação acima solicitada, para o e-mail abaixo:

coralflng.procurement@coralflng.com

IMPORTANTE:

O e-mail de submissão deverá fazer referência ao Anúncio Público "**Rental of workshop/warehouse in Pemba – March 2019**", e também ao seguinte código:

SS10AB02 - RENT OF BUILDING

Sujeito à entrega e conformidade de toda a documentação solicitada acima, as Empresas poderão receber da Eni Rovuma Basin B.V. que actuará em nome da Coral FLNG S.A. durante a fase de concurso, o Pacote de Qualificação, e podem ainda ser incluídas no processo de concurso para as actividades.

A presente consulta não deve ser considerada como um convite à apresentação de propostas e, portanto, não representa nem constitui qualquer promessa, obrigação ou compromisso de qualquer tipo por parte da Coral FLNG S.A. nem da Eni Rovuma Basin B.V., de celebrar qualquer acordo ou memorandum de entendimento com qualquer Empresa que participe desta *Manifestação de Interesse*.

Qualquer custo incorrido pelas empresas interessadas na preparação da *Manifestação de Interesse* será da total responsabilidade das Companhias as quais não poderão recorrer a este respeito Coral FLNG S.A., nem à Eni Rovuma Basin B.V..

Todos os dados e informações fornecidos de acordo com esta *Manifestação de Interesse* serão tratados como estritamente confidenciais e não serão divulgados ou comunicados a pessoas ou empresas não autorizadas.

A data limite de submissão da *Manifestação de Interesse* pelo e-mail indicado acima é fixada para **22 March 2019, 23:59 pm Central Africa Time. A Eni Rovuma Basin B.V.**, não irá aceitar nenhuma documentação recebida após a data e hora indica.



**EXPRESSION OF INTEREST
FOR THE RENTAL OF WORKSHOP, WAREHOUSES AND RELATED FACILITIES IN PEMBA
TO SUPPORT CORAL FLNG S.A. OPERATIONS**

Coral FNLG S.A. invites interested Companies to submit Expression of Interest for the provision of warehouse, workshop and related facilities in Pemba, on rental basis, to support Coral South FLNG S.A. operations, as specified below

SCOPE OF WORK

The Scope of Work is the provision of warehouses, workshop, open areas and related facilities in Pemba, on rental basis, inclusive of facility management services, for storage of material and equipment and execution of maintenance and repair activities for an estimated firm duration of 10 years plus 2 optional extensions of 5 years each.

The facilities and the open areas shall comply with the following main requirements.

1. COVERED FACILITIES

Shall have an area of about 9,000 m² of covered infrastructure to be dedicated to Main warehouse, Chemical warehouse and Workshop with related Offices.

2. OPEN AREAS

Shall have an area of about 12,000 m² of flat surface Open area to be dedicated to Open storage area, Sheltered storage area, Piping Fabrication yard, Waste storage area, Custom bonded area and Parking.

DOCUMENTATION REQUIRED

Companies interested in this invitation may submit their Expression of Interest by providing the following mandatory information and documentation providing evidence of:

- 1- Having HSE Management System in place;
- 2- Having its own HSE standards and procedures;
- 3- In case you wish to participate in the Expression of Interest as a consortium or as a joint venture, information about each member of consortium or joint venture and role of each participant in the potential project. Such intention to form either a consortium or a JV, must be supported by an Agreement or "Memorandum of Understanding" duly signed by each entity in the group
- 4- Last three years of Financial Statements and Annual Reports including Balance Sheet, Profit and Loss and Cash Flow Statement. These documents must be provided for the Company Group (if applicable), and also for the Company's Mozambican registered entity that will potentially enter into the subject contract/s;
- 5- Your Company's registration in Mozambique. In

case your Company is not already registered in Mozambique, please specify if you would be willing to promptly register in Mozambique;

- 6- Scanned certified copy of the Trade Register, Legal Entity name and contact person for receiving qualification and other relevant information from Coral FLNG S.A.;
- 7- Company and Group structure with the list of major Shareholders and ultimate beneficiaries (if not listed in the stock exchange);
- 8- Any other information that will establish that your Company is a capable of fulfilling the scope of work.

Companies interested in this invitation may submit their Expression of Interest by sending all the requested documentation to the following email address:

coralflng.procurement@coralflng.com

IMPORTANT:

The Email submission must refer to the Public Announcement object "**Rental of workshop/warehouse in Pemba – March 2019**", and also to the following commodity code:

SS10AB02 - RENT OF BUILDING

Subject to the delivery and compliance of all the above documentation, Companies may receive from Eni Rovuma Basin B.V., which will be acting on behalf of Coral FLNG S.A. during the tender phase, the Qualification Package, and may further be included in the tender process for the subject activities.

This enquiry shall not be considered as an invitation to Tender and therefore it does not represent or constitute any promise, obligation or commitment of any kind on the part of neither Coral FLNG S.A. nor Eni Rovuma Basin B.V., to enter into any agreement or arrangement with you or with any Company participating in this Expression of Interest.

Any cost incurred by interested companies in preparing the Expression of Interest shall be fully born by Companies who shall have no recourse in this respect to neither Coral FLNG S.A. nor Eni Rovuma Basin B.V.. All data and information provided pursuant to this *Expression of Interest* will be treated as strictly confidential and will not be disclosed or communicated to non-authorized persons or companies.

The deadline for receipt of *Expression of Interest* by the email address indicated above is set at 22 March 2019, 23:59 pm Central Africa Time. Eni Rovuma Basin B.V. will not accept the documentation received after the set deadline.

EDITORIAL

Descentralização: Um passo para a frente, dezenas de outros para trás

Não constitui segredo que o novo sistema de descentralização, resultante da última revisão da Constituição da República, não foi produto de um consenso nacional entre as principais forças políticas do país, mas sim uma imposição que visava encontrar solução para o conflito armado que deflagrou depois das eleições gerais de 2014.

Mesmo assim, colocava ao país uma oportunidade particular para dar um passo importante no seu incontornável processo de democratização, materializado no alargamento das opções dos cidadãos quanto à livre escolha sobre os seus governantes ao nível provincial, e, a partir de 2024, para os distritos de todo o país. A democratização alcança-se também com uma partilha do poder que garante que sensibilidades locais não tenham que se sujeitar à vontade da maioria na escolha de quem exerce o poder central.

Mas o que pode ser bom para o país nem sempre encontra acolhimento quando interesses políticos sectoriais precisam de impor a sua hegemonia. E foi assim que não tendo sido possível contrariar o que se tornara um processo incontornável, lá se conseguiu dar a volta por cima e, através da figura do Secretário de Estado Provincial, manter-se o *status quo*. O governador provincial de nomeação pelo poder central saiu pela porta da frente e voltou a entrar pela janela.

De facto, a descentralização não deve ser vista como um simples procedimento de facilitação do exercício da administração territorial através de funções delegadas para a conveniência do governo central. Ela, a descentralização, precisa de ser encarada como resposta ao clamor dos cidadãos, numa sociedade heterogénea, para que as suas sensibilidades políticas sejam reflectidas pelo seu voto na forma como eles são governados ao nível local. Curto e grosso, o que os cidadãos representados através dos vários partidos políticos pretendem é terem também uma oportunidade de traçar o seu destino político nas respectivas províncias, sem, contudo, que tal se interprete como uma rebelião perante o poder central. O entendimento deve ser de que a unidade nacional só se torna eficaz quando encarada como a soma total dos vários mosaicos que constituem a nação moçambicana. Nessa perspectiva, a descentralização é um acto político, não um mero procedimento administrativo visando aliviar o poder central do fardo de ter que se ocupar de assuntos mundanos em unidades territoriais muito distantes de si.

Por isso é que sujeitar áreas como planos de desenvolvimento e orçamentos provinciais ao veto do poder central não confere à descentralização esta dimensão política que o processo deve representar. Aqui está o tradicional instinto controlista, sempre a marcar a sua incómoda presença, incapaz de encarar com o realismo necessário a realidade de um país uno e indivisível, mas ao mesmo tempo pluralista em diversos contextos. Desperdiça-se uma oportunidade especial de aprofundar a democracia, com uma devolução mais significativa do poder político.

Se um governador provincial ou um administrador de distrito, ambos eleitos pelo voto popular, não exercem poder sobre postos administrativos, localidades e povoações, de que se revestirá o seu poder, sabendo-se que aquelas são unidades territoriais que tornam a província e o distrito em corpos políticos? Qual será a posição dos seus eleitores perante este poder diluído? A figura de Secretário de Estado provincial, para além de ser um custo adicional dispensável, será passível de conduzir a conflitos desnecessários, e tornar a governação menos eficiente do que se pretende.

O conjunto de propostas de lei actualmente em debate prevê áreas da administração directa do Estado a estarem sob supervisão do Secretário de Estado. Trata-se da defesa, segurança, ordem pública, fiscalização de fronteiras, emissão de moeda, relações diplomáticas, finanças públicas, registo civil e notariado, identificação civil e migração.

Será necessário muita persuasão para convencer alguém de que estas áreas de soberania não poderão ser exercidas por funcionários do Estado nomeados centralmente pelos seus respectivos titulares, a quem devem obviamente prestar contas, mas actuando em coordenação com as administrações provinciais de onde se encontrem inseridos.

Aliás, este princípio está consagrado no artigo 32 da actual proposta de lei dos serviços de representação do Estado na província, onde se reconhece a figura do Delegado Provincial como representante da instituição pública central. Deve ser suficiente que ao nível da legislação sejam delineadas as áreas que se pretende que estejam fora do âmbito da governação provincial, e esperar que os governadores estejam devidamente informados sobre os limites das suas competências. Não lhes reconhecer esta capacidade, criando-se, como solução, mais um nível de burocracia, torna a estrutura de governação ainda mais pesada do que está, ao mesmo tempo que se desvirtua o sentido político que a descentralização deve encerrar. Dá-se um passo para a frente, e dezenas de outros para trás.

Cartoon



POR ANTÓNIO CABRITA



Vender a sombra

Sartre define o espírito da seriedade: «*Há seriedade quando se parte do mundo e se atribui mais realidade ao mundo que a si mesmo, ou pelo menos, quando alguém confere a si mesmo uma realidade dependente da sua própria pertença ao mundo*». O homem sério submete-se à realidade.

E para ele há dois tipos de gente séria: os revolucionários e os proprietários. Como diz em *O Ser e o Nada*, o materialismo e a revolução são sérios. E também podemos acrescentar ao rol das coisas sérias o dinheiro; daí que o que possuímos nos possua. E queixava-se o filósofo com a sua contumácia habitual: «odeio a seriedade». Também eu.

E é lamentável ter de recordar aquilo que a psicologia cognitiva há tanto repisa: *que a criança não enfrenta o mundo de coisas mas sim um mundo de coisas sentimentalmente percebidas*.

Nós começamos a apreender o mundo antes de ler as letras; lemos o nosso meio ambiente como uma pauta emocional. E vamo-nos alfabetizando num corpo a corpo com essa “natureza”, estando esse alfabeto enformado pela cultura que nos nutre. À noite, ouvimos o piar dos mochos e das corujas e a família diz-nos que essas são aves do mal, associadas à feitiçaria. Para um africano não há sorte mais funesta do que encontrar ao acaso uma destas aves. O nosso corpo aprende a temer essas aves, tal como as supõe a gramática da nossa cultura.

Mais tarde, leitores formados, encontramos informação desconcertante sobre essas aves: que na Grécia são desde há dois mil anos consideradas um símbolo de sabedoria e que em certas províncias de Espanha a tradição considera estas aves nuncios da felicidade. Quem as encontra está fadado para casar ou então para ganhar a lotaria. O que nos habituámos a pensar sobre o mocho e a coruja não passava de

uma questão de geografia. O horizonte armadilhava-nos. Se nós tivéssemos sabido antes dessas perspectivas risnhas sobre o mocho e a coruja não tínhamos alimentado o medo sobre essas aves nocturnas. Que afinal não são instrumentos do mal nem tem culpa nenhuma do que nós pensamos sobre elas.

Faltava-nos até aí o que só a leitura propicia: a capacidade de descontextualizar, i. é, de *desnaturalizar* o nosso conhecimento adquirido. Eis uma das grandes virtudes da leitura: com paciência, mostra-nos que aquilo que considerávamos certo e mesmo verdade afinal não passava de *um ponto de vista*. E isto é bom? É, porque o medo que nos foi impingido, ainda por cima inútil, é um inibidor da nossa capacidade de reflexão.

Temos então que a leitura emocional do mundo precede sempre a leitura da palavra embora a leitura desta possa corrigir as primeiras impressões, des-cristalizá-las, e devolver alguma inocência ao mundo. Não por acaso foi na literatura que se fecundou o mito que conta como num certo país se nasce velho e se morre criança de colo; este mito rejeita a imposição de se atribuir mais realidade ao mundo do que a si mesmo.

Ou seja: o *saber* está grávido de mundo mas não refém das suas leis — o que confere sentidos novos à vida, novas latitudes. Advirá daqui a vantagem em abandonar o espírito da seriedade. Necessidade que também nos chega da evidência de que as revoluções e as propriedades só nos tornaram mais infelizes. Semelhante ao que acontece com o dinheiro. Só temos uma relação saudável com o dinheiro quando não pensamos nele. Se temos de menos, só pensamos nele. Se temos demais ficamos obcecados ou por temor de perde-lo, ou pela ganância de acumularmos mais. Só quando temos o suficiente deixamos de pensar nele. E

aí dedicamo-nos a tudo aquilo que a descontração do ócio nos traz: a meditação, ao desporto, à arte, às formas da espiritualidade que nos ampliem o enriquecimento simbólico, ao amor. Fluímos.

O jogo (a propensão lúdica) e a alegria são as verdadeiras motivações da vida, aquelas que genuinamente encontramos nas crianças. E não a seriedade, e a ambição que a caracteriza.

Pobre do homem que se toma a sério e só tem uma lente para olhar o mundo, pois está sempre aquém das suas expectativas e fica prisioneiro delas, como Peter Schlemihl. E então quando são políticos “profissionais”, as suas causas e tentações confundem-se mesmo com as de Peter Schlemihl, um rapaz tomado pelo espírito do sério.

Peter é o personagem de uma novela alemã publicada em 1814, um jovem com metas tão definidas que vendeu a sombra ao diabo; trocando-a por uma bolsa de moedas de ouro com o condão de nunca esvaziar, basta lá meter a mão para se encontrar outra moeda. Rapidamente o Peter Schlemihl descobre o preço de não ter sombra: o que lhe falta tornou-se notado e as pessoas tem medo dele. Foi ostracizado. No ápice da sua solidão aparece o diabo, propõe devolver-lhe a sombra em troca da alma.

Quando alguém diz: aquilo que rege a vida e a dinâmica societária é a economia está a ser tão parcial que já vendeu a alma ao diabo. A economia é apenas uma das pautas. Quando prepondera é porque já perdemos a consciência da dignidade, que se prende com muitas outras necessidades. Se os líderes mais não tem para oferecer além do discurso económico é porque tomados pelo espírito do sério já não distinguem a verdade da mentira e agora ajustam a realidade às *suas* necessidades.

SAVANA
INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRR/DNI/93
NUIIT: 400109001

Maputo-República de Moçambique

Propriedade da

mediacoop SA

KOK NAM
Director Emérito
Conselho de Administração:
Fernando B. de Lima (presidente)
e Naita Ussene
Direcção, Redacção e Administração:
AV. Amílcar Cabral nr.1049 cp 73
Telefones:
(+258)21301737,823171100,
843171100
Editor:
Fernando Gonçalves
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
(franciscocarmona@mediacoop.co.mz)
Redacção:
Raúl Senda, Abdul Sulemane, Argunaldo
Nhampossa, Armando Nhamumbo e
Abílio Maolela
Fotografia:
Naita Ussene (editor)
e Ilec Vilanculos
Colaboradores Permanentes:
Fernando Manuel, Fernando Lima,
António Cabrita, Carlos Serra,

Ivone Soares, Luís Guevane, João
Mosca, Paulo Mubalo (Desporto).
Colaboradores:
André Catueira (Manica)
Aunício Silva (Nampula)
Eugénio Arão (Inhambane)
Maquetização:
Auscêncio Machavane e
Hermenegildo Timana.
Revisão
Gervásio Nhalicale
Publicidade
Benvinda Tamele (82 3171100)
(benvinda.tamele@mediacoop.co.mz)

Distribuição:
Miguel Bila
(824576190 / 840135281)
(miguel.bila@mediacoop.co.mz)
(incluindo via e-mail e PDF)
Fax: +258 21302402 (Redacção)
82 3051790 (Publicidade/Directo)
Delegação da Beira
Prédio Aruanga, nº 32 – 1º andar, A
Telefone: (+258) 82 / 843171100
savana@mediacoop.co.mz
Redacção
adm@mediacoop.co.mz
Administração
www.savana.co.mz

A Venezuela e o império americano

Por José Pereira da Costa

Atualmente, mais do que nunca, depois da implosão da União Soviética, a América não esconde a sua pretensão de domínio mundial, com todos os perigos que isso traz para a humanidade no seu conjunto. Está em curso na Venezuela a finalização de mais um golpe dos Estados Unidos contra um país da América Latina, a juntar às dezenas de outras intervenções desde que foi anunciada a doutrina Monroe, pelo Presidente americano do mesmo nome, numa mensagem ao Congresso em Dezembro de 1823. Ou seja, que no continente americano, norte e sul, mandam os Estados Unidos. Na altura, a mensagem dirigia-se às potências europeias, uma vez que algumas das colónias sul-americanas ainda não tinham acedido à independência ou acabavam de o fazer. O espírito anticolonial dos fundadores da nação americana haveria de manifestar-se mais tarde por várias vezes, a de não menos importância aquando da fundação das Nações Unidas, em 1945, ao encabeçarem, juntamente com a União Soviética, o movimento de descolonização na Ásia e em África, contra as potências coloniais europeias, que só terminaria com o desmembramento do império português a partir de 25 de Abril de 1974. Mas a grande nação anticolonial transformou-se ela própria num império, com o objectivo de dominação mundial. É o insuspeito e conservador Raymond Aron que o explica na sua *Republique Impériale*, de 1973. É pouco depois da sua fundação e do quase extermínio dos povos nativos, desencadeia em 1845 uma guerra contra o México, roubando-lhe metade do seu território. Seguindo-se, no final do século XIX, a conquista das últimas e mais importantes colónias espanholas, Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas.

Atualmente, mais do que nunca, depois da implosão da União Soviética, não esconde a sua pretensão de domínio mundial, com todos os perigos que isso traz para a humani-

dade no seu conjunto. A revelação, há poucos anos, de que controla as comunicações electrónicas de todo o tipo e em todo o mundo, assim o comprova. Juntamente com as perto de mil bases militares instaladas em todos os continentes. Que mais falta ainda para se considerar o governo deste país como a maior ameaça à paz mundial desde o tempo do nazismo? Como o fazem amiúde intelectuais americanos e de outros países, tais como Noam Chomsky, Immanuel Wallerstein, John Mearsheimer, Stephen Walt, Perry Anderson, Samir Amin, Giovanni Arrighi, e muitos mais. Na nossa língua, a obra do brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Formação do Império Americano*, de 2006, faz um inventário da maior parte das suas intervenções militares, ou conspirativas, desde a sua fundação.

Depois de, na primeira década deste século, ter procedido à segunda invasão do Iraque e após um curto período de contenção com a presidência Obama, aí está novamente o complexo militar-industrial americano, em todo o seu esplendor, a ameaçar os seus mais directos rivais Rússia e China com uma intervenção na Venezuela. Como o primeiro Presidente Bush, em finais de 1990, havia feito ao invadir o Iraque para marcar terreno perante uma União Soviética prestes a implodir. (A esse propósito, é útil consultar o excelente estudo de Seymour Hersh, saído recentemente no *London Review of Books* n.º 41, de 24 de Janeiro passado, sobre a actividade secreta de uma equipa de antigos colaboradores do vice-presidente George H.W. Bush, quando foi director da CIA, e que pôs ao seu serviço numa guerra de espões contra a URSS, desconhecida do Presidente Reagan e dos seus mais próximos colaboradores que conduziam a política externa). Sobre a intervenção em curso na Venezuela é confrangedor constatar o que tem sido escrito e dito nos *media* portugueses por comentadores e académicos sobre uma pretensa Venezuela rica e desenvolvida no passado,

com um “forte modelo de crescimento económico e estabilidade política”, que o chavismo teria arruinado. Quando a realidade mostra que o subcontinente latino-americano é das regiões mais subdesenvolvidas do mundo, onde mais de metade da população vive na maior das misérias, e a outra metade, a burguesia, está completamente alheada dessa situação e sempre pronta a contra-atacar os governos que historicamente tentaram fazer algo para reduzir as desigualdades gritantes. Foi o que aconteceu mais uma vez com o chavismo, de que Maduro é um subproduto, mas não o interveniente principal. Isso está bem visível. Tentar fazer passar que o golpe começou agora é um embuste. Quase há 20 anos, em 2002, deu-se a primeira tentativa para derrubar Chávez, tendo sido proclamado Presidente durante 48 horas um tal Carmona, apoiado pelos mesmos que estão actualmente por detrás de Juan Guaidó, o auto proclamado Presidente, num acto risível e sem qualquer legitimidade. Que o agente da CIA, Mike Pompeo, presente no governo americano, reconheceu poucos minutos depois, logo secundado pelo Grupo de Lima, onde estão os países enfeudados aos Estados Unidos. Primeiro golpe esse, numa altura em que o programa socialista ainda não tinha sido posto em prática, mas o seu simples anúncio já era motivo para o império americano intervir.

Aparentemente, enquanto os Estados Unidos se afundavam no pântano do Médio Oriente durante a primeira década do novo século, singravam alguns governos latino-americanos tentando minorar as imensas desigualdades, só comparáveis às do subcontinente indiano, a chamada “maior democracia do mundo”, onde metade da população vive na miséria, sem ter sequer acesso a instalações sanitárias, como reconhece o Prémio Nobel indiano Amartya Sen. Mas o império não dorme e na sua determinação de não permitir exemplos que possam despertar os povos oprimidos pelas

burguesias latino-americanas ao seu serviço, conseguiu deitar abaixo os principais *leaders* que tiraram da miséria muitos milhões de cidadãos, no Brasil, na Venezuela, no Equador, na Argentina. A insuspeita revista brasileira *Visão*, muito activa na campanha contra o PT de Lula e Dilma, publicava em 28 de Dezembro de 2011 um artigo onde estranhava que cinco *leaders* progressistas tivessem sido atingidos por cancro. São eles, além de Lula e Dilma Rousseff, o malogrado Hugo Chávez, o paraguaio Fernando Lugo e a Presidente argentina Cristina Kirchner, cujo marido Nestor tinha falecido algum tempo antes.

As medidas recentíssimas dos Estados Unidos de bloqueio dos fundos da empresa venezuelana de petróleos PDVSA, e da sua filial que opera no território americano, são mais uma das decisões que não têm qualquer fundamento nem legitimidade, só comparáveis ao comportamento de George W. Bush, aquando da invasão do Iraque, em 2003, condenada pela maior parte dos países. E ao arripio das Nações Unidas, onde à época imperava John Bolton como seu representante, o mesmo que faz parte actualmente da administração, e pretendia acabar com essa fun-

damental instituição, apresentando, em 2005, mais de 700 emendas ao projecto de reorganização de Kofi Annan. Ao contrário de Henry Kissinger, que publicou em 2011 o seu *On China*, onde destaca a importância histórica daquele país ao longo dos séculos, e um artigo no mesmo ano no *Washington Post* defendendo a necessidade absoluta de evitar uma nova guerra fria entre os Estados Unidos e a China, John Bolton, quase ao mesmo tempo, em 18 de Janeiro de 2011, dava uma entrevista ao *Financial Times* em que afirmava que a América, com outro Presidente depois de Obama, deveria encetar uma política musculada em relação à China. Os resultados estão à vista: guerra comercial, com graves prejuízos para ambas as partes e para a economia mundial, acusações não fundamentadas de espionagem contra a empresa Huawei, com a detenção no Canadá da sua principal responsável, a Sra. Meng Wanzhou. Para quem anda a espiar, declaradamente, há décadas, toda a gente no planeta Terra, é no mínimo uma grande falta de senso! (publico.pt)

*Investigador em Relações Internacionais; antigo funcionário da Comissão Europeia



Verdade em História

Se é fácil um átomo deixar-nos indiferentes, é impossível que um outro ser humano, transformado em objecto pelo cientista social, deixe este indiferente, na condição de neutral. É fácil uma experiência em química ser replicável, no sentido de que vários cientistas a podem reproduzir num laboratório. É improvável que uma investigação em ciências sociais possa ser replicável. Um questionário, por exemplo, pode dar o resultado A no momento X e dar o resultado B no momento Y. Por quê? Porque as linhas e as opções do comportamento humano são rizomáticas, vastas, dialécticas, sempre em bifurcação. Na História, para enunciarmos um lugar-comum, os problemas da verdade são muito complexos. Nunca são naturais, mas sociais. E porque sociais, são sempre processo, interrogação, dúvida e luta. Para adaptar uma imagem de Pierre Bourdieu, a História é um desporto de combate.

A resposta de Macron aos actos anti-semitas em França

Por Alan Stoleroff*

Macron anunciou a intenção estranha de introduzir na lei francesa a noção de que o anti-sionismo é uma expressão do anti-semitismo. Trata-se de uma resposta particularmente preocupante e contraproducente de que não precisamos.

Ultimamente, o meu pensamento tem estado bastante focado em França e na acumulação de incidentes chocantes, utilizando símbolos nazis, de explícito ódio aos judeus. O pior e mais visível dos incidentes foi de certeza o da profanação de cemitérios judaicos, como o de Quatzenheim. (Entretanto mais um cemitério já foi profanado.)

Antes de mais, pensemos no que significa este acto exemplar de vandalismo que é o símbolo da suástica em túmulos judaicos. Os vândalos estão a proclamar a sua assunção e elogio do genocídio nazi, a anunciar que a nossa morte é bem-vinda. Isso não é apenas vandalismo anti-semita ocasional; trata-se de um acto profundamente simbólico para essas mentes dementes e, por isso, típico da barbárie anti-semita.

Se calhar alguns reagiram às notícias destes incidentes pensando no anacronismo ou na marginalidade deste tipo de acto. Se calhar pressupunham que o flagelo do anti-semitismo teria sido varrido de um país moderno e europeísta como a França. Além do mais, pergunta-se, após o extermínio há 70 e tal anos, que importância têm os judeus na sociedade europeia actual para serem identificados de novo como alvo do ódio. (Eu também teria gostado de pensar que a ameaça do anti-semitismo se tivesse atenuado e que podia viver sem medo disso.) Mas não. Esqueceram-se que esta patologia, como as doenças que foram controladas pelas vacinas, corre o risco de regressar sempre que têm uma oportunidade, sobretudo quando se enfraquece o esforço de vacinação. Aliás, é isso que se tem vindo a verificar; o racismo patológico tem, desde há vários anos, goza-

do da sua melhor oportunidade na última geração, ressurgindo como reacção à vaga de imigração causada pela instabilidade do mundo actual. Sim, o anti-semitismo francês e europeu foi varrido, mas para baixo do tapete, e o racismo anti-imigrante permitiu que as ratazanas que se movem entre nós saíssem à noite para disseminar a sua praga. Felizmente, perante este contexto, realizaram-se de imediato manifestações contra o anti-semitismo que reuniram milhares de franceses. Ouviram-se condenações e palavras de solidariedade e o Presidente francês desempenhou o papel esperado do chefe de um Estado democrático, condenando os actos racistas e anunciando a sua intenção de tomar medidas para combater o anti-semitismo. Mas qual será uma resposta adequada da República? Eis a questão fundamental.

A promessa respeitante à repressão dos criminosos, vedando o seu acesso à Internet, etc., é apropriada – esperemos que os agentes do Estado actuem efectivamente nesse sentido. No entanto, Macron anunciou simultaneamente a intenção estranha de introduzir na lei francesa a noção de que o anti-sionismo é uma expressão do anti-semitismo! Trata-se de uma resposta particularmente preocupante e contraproducente de que não precisamos.

Para resumir, é inteiramente razoável ser crítico da ideologia que promoveu a fundação de um Estado judaico. Na minha interpretação, essa crítica não é necessariamente equivalente ao anti-semitismo. Por exemplo, eu, judeu de raiz e assumido nessa identidade étnica, sou bastante crítico da história do movimento sionista e da forma que liderou a fundação do Estado de Israel e dirigiu o seu desenvolvimento. Sou sobretudo um crítico da ocupação dos territórios designados palestinianos pela comunidade internacional. Contudo, podem acreditar, estou muito longe de ser contra Eu próprio, contra a minha família, contra a comunida-

de em que fui criado e educado. Também jamais actuaria de forma a minar a legitimidade da existência desse Estado no contexto do direito internacional. No entanto, embora nunca tenha configurado esse pensamento, as minhas posições políticas poderiam ser rotuladas – e têm sido rotuladas – por outros como sendo “anti-sionistas”.

Vai a República francesa restringir o meu direito como judeu a criticar as políticas e práticas desse Estado que pretende actuar em meu nome? Uso o meu exemplo como judeu apenas para insistir na legitimidade da crítica da ideologia e do Estado em causa, mas também não-judeus têm todo o direito de pensar racionalmente sobre os assuntos e a chegar a conclusões que são “anti-sionistas”. Quando o fazem, não são necessariamente anti-semitas. Seriam anti-semitas quando, e se, a sua crítica for essencialista, ou seja, se atribuem determinados actos criticáveis do Estado de Israel a uma condição inerente do povo judeu, ou a características raciais dos judeus enquanto tal e se, com base nisso, procuram discriminar ou atacar judeus porque são judeus. Fazer uma associação abusiva entre a crítica do sionismo enquanto ideologia de um movimento e Estado e o anti-semitismo não só é intelectualmente redutor e politicamente repressivo como descaracteriza o que é o anti-semitismo. Ainda mais, é uma jogada na repressão intensificada da luta pelos direitos legítimos do povo palestiniano que sofre as consequências de um Israel cada vez mais avançado na expropriação do que permanece do seu território.

Reconheço que algum anti-semitismo se esconde atrás do anti-sionismo contemporâneo. (O incidente, em que um protestante dos *gilets jaunes* foi filmado a gritar “sionista”, como epíteto ao filósofo judeu Alain Finkelkraut, foi exemplo disso.) Mas a intenção de Macron, o liberal europeísta, é inadequada, e por isso não faz sentido.

Parece ser pouco mais do que uma cedência esquisita à pressão de Netanyahu, que, entretanto, nos revelou o alcance do seu cinismo político, insultando-nos, ao convidar os líderes do eixo iliberal e anti-semita da Europa para realizar a sua cimeira em Jerusalém! (Este mesmo Netanyahu também neste momento está a movimentar-se politicamente para fazer entrar alguns partidos judeus ultra-racistas, antes proibidos como terroristas, na sua potencial coligação pós-eleitoral!)

De facto, a definição do anti-semitismo aceite pela UE, à qual Macron terá que conformar-se (veja-se a resolução de 1 de Junho de 2017 do Parlamento Europeu sobre o combate ao anti-semitismo, que se refere à “working definition of antisemitism” adoptada pela Aliança Internacional para a Memória do Holocausto) tem as suas nuances e é mais sofisticada que a definição que Macron referiu ao Conselho Representativo das Instituições Judaicas de França. Contudo, uma reforma da legislação francesa seguindo a referência de Macron correrá o risco de ser utilizada de modo a suprimir a crítica legítima dos crimes do Estado de Israel em relação à ocupação e o Direito Internacional. Ainda mais, esta equivalência da crítica da ocupação com o anti-semitismo vai inevitavelmente aumentar a frustração de árabes e muçulmanos que reconhecem a hipocrisia da Europa em relação à ocupação da Palestina. Esta intenção de Macron não nos servirá e não servirá à luta contra o anti-semitismo. A luta contra a patologia do anti-semitismo tem que ser conduzida de maneira diferente e menos oportunisticamente. Dito isto, aceito e congratulo-me com o repúdio e a supressão do anti-semitismo pela República – mas isso é o mínimo que espero na senda da vergonha do regime colaboracionista de Vichy e após a derrota do Terceiro Reich!

*Professor de Sociologia na ISCTE-IUL

SACO AZUL

Por Luís Guevane

Ambiente de roubo

Fazendo uma apreciação geral com relação aos moçambicanos envolvidos no mais mediático caso das dívidas ilegais em Moçambique podemos produzir algumas considerações sobre o ambiente que favoreceu o calote.

Um aspecto comum a todos os envolvidos é que fazem ou fizeram parte da elite que tem estado no comando da governação neste país. Directa ou indirectamente “transitaram” do regime do “deixa-andar” ou “deixa-fazer” para um novo mas mesmo regime, mas já com nova roupagem, que durante uma década apostou supostamente na urgência de uma liderança dos processos baseados no “é preciso correr”. Mas, como correr não significa chegar, instaurou-se, então, uma arrogância quase institucionalizada alimentada pela perspectiva de que a melhor defesa é o ataque. Da “decisão tomada, decisão cumprida” optou-se pelo abandono des-

ta lógica procurando exibir algum respeito pelo Estado de direito, algum respeito pelas leis e comprometimento com a ética e boa governação, o que podia ser percebido pelos discursos que primavam pelo politicamente correcto. A intocabilidade suportada pela arrogância teve nessa altura grande visibilidade ou expressão significativa no campo da impunidade. Foi o grande momento da distinção entre “moçambicanos de gema” e moçambicanos comuns, sem um critério democraticamente válido ou minimamente representativo. A este respeito, o tempo encarregou-se de dissipar alguns equívocos uma vez que deu conteúdo à expressão “moçambicanos de gema”, os tais que de forma dolosa empurraram o país para a situação em que actualmente se encontra: escravatura económica de longo prazo; os tais que viam no conflito político-militar a melhor solução. Nisto tudo, é certo afirmar que todos os envolvidos vinham percebendo, ou melhor, “percebem” o país que os viu nascer. Perce-

bem Moçambique como um dos países mais pobres do mundo; um país com um histórico de endividamento externo e de mão estendida que nenhuma “sopa de pedra” conseguiu ainda minimizar; um país “em voo rasante” quase a pique diante de uma montanha de dificuldades no que diz respeito a produção e a produtividade nos vários ramos da economia; um país onde nenhum dos 2.2 mil milhões de dólares consegue (ou conseguirá) equipar escolas com os materiais básicos necessários eliminando a vergonha quase institucionalizada da criança sentada no chão, do posto de saúde a meio gás e quase sem equipamentos, medicamentos, um paracetamol ou duas aspirinas; os envolvidos percebem e certamente que já conversaram e debateram sobre os bons costumes, ética e deontologia profissional, respeito pelas leis e pelos procedimentos no Aparelho de Estado, o sentido de contratação de dívidas, independência económica, empoderamento económico, nacionalismo, corrupção, ... já

falaram e repudiaram a pobreza em que o povo vive. O que é que lhes fez mudar para se esquecerem de tudo o que constitui a sua base de civilização? O que é que aprenderam de tão diferente até serem admirados como pessoas instruídas e educadas, estes que empobreceram o país? Não acreditamos que não tenham aprendido praticamente nada. Valerá aqui colocar a teoria que destaca o Ocidente como a grande culpada dos nossos elevados níveis de corrupção? Ou mais importante que isso é reforçarmos as nossas defesas diante das fraquezas da humanidade frente ao poder do dinheiro – o grande diabo que a todos enfraquece? A culpa dos nossos actos não pode ser imputada ao grande fantasma – o Ocidente. Que cada um assuma as suas fragilidades diante do dinheiro fácil. Um dia, em algum lugar, continuarão a discussão sobre se Moçambique é um país pobre ou empobrecido.



FMN faltou respeito aos associados

-acusa Caetano Rúben, em alusão ao facto de este organismo não ter apresentado o relatório de contas e actividades durante a Assembleia- Geral

Por Paulo Mubalo

O secretário- geral da Associação de Natação da Cidade de Maputo, Caetano Rúben, diz que a Federação Moçambicana de Natação faltou respeito aos associados pelo facto de não ter apresentado o relatório de contas e actividades durante a Assembleia Geral. Explica, ainda, que problemas administrativos estão a impedir o arranque das obras de reabilitação das piscinas das Escolas Secundárias da Polana e da Noroeste- 2. Seguem os excertos da conversa.



Caetano Rúben, SG da ANCM

A época de natação 2018-2019 termina este ano. De Julho a esta parte o que já foi feito?

-Realizamos a assembleia geral e as seguintes competições: torneio de abertura e de longas distâncias; três etapas de escolas, travessia Catembe -Maputo, campeonato de verão, Golfinhos Sprint e a Taça Maputo Frederico dos Santos. De todas as competições que tínhamos programado inicialmente só não realizamos o torneio 12 horas de Maputo e tal não aconteceu devido a certos contratemplos. Ademais, a época estava a começar e os atletas ainda faziam as inscrições nos clubes. Podemos dizer, ainda, que tudo está a correr normalmente, porque para além dos clubes filiados na ANCM, tais como Ferroviário de Maputo, Golfinhos, Tubarões, Naval, Zimpeto e Nguenha, há novidades: o Desportivo Marlen e a Escola Americana voltaram a praticar a natação, ou seja, em menos de um ano do actual mandato o número de clubes está a aumentar.

Sendo a natação uma modalidade cara onde é que a ANCM consegue arranjar dinheiro para viabilizar as suas provas?

- A natação é, de facto, uma modalidade muito dispendiosa, porque requer premiação. Veja só que enquanto no futebol duas taças podem servir para um torneio, para nós duas são poucas. Se uma partida de futebol precisa de quatro árbitros, nós precisamos de muito mais. Idem para a premiação. E há outros gastos em produtos químicos para se manter a piscina. Ora, nós conseguimos ultrapassar as dificuldades graças à coesão que existe na associação, pois funcionamos como equipa, onde se nota muita vontade e entrega em fazer cumprir o que está no regulamento e no calendário, para além da excelente colaboração dos pais dos atletas. Em muitos eventos onde participamos temos tido apoio dos pais e por isso, vai a nossa palavra de apreço.

Apesar deste trabalho houve promessas não cumpridas, como a não reabilitação das piscinas das Escolas da Polana e da Noroeste- 2. A que se deveu o incumprimento?

- Deveu-se a problemas administrativos que não posso revelar, mas

o projecto está em pé e penso que brevemente essas piscinas serão uma realidade. No passado já me fez perguntas em relação à piscina Raimundo Franisse, mas está aí. A da Estrela Vermelha já é realidade. Periodicamente muitos atletas batem novos recordes no país, mas nas competições internacionais ocupamos as últimas posições. Até que ponto as marcas que conseguimos são fiéis e reflectem o real crescimento da modalidade?

-Nós temos muitos atletas além-fronteiras que estão a fazer um bom trabalho. Desde o tempo colonial até à independência, os atletas que hoje são dirigentes em Portugal saíram de Moçambique. Neste momento a nossa prioridade é a formação, e repare que movimentamos todos os escalões. O único senão é dos femininos, pois o número é reduzido. Antes tínhamos mais atletas do sexo feminino do que os de sexo masculino e neste aspecto particular estamos preocupados. Também é preciso notar que temos poucas piscinas de 50 metros e fora do país usam-se as de 25 metros. Neste momento em Maputo temos a do Zimpeto, onde para a realização de provas tem o sim ou não. A outra piscina é a do Ferroviário da Beira. Importa salientar que as futuras piscinas da Polana e da Noroeste-2 terão 50 metros. Por outro lado, participamos nas competições internacionais sem realizarmos estágios. Vezes há que chegamos no mesmo dia e começamos a competir. Para além da falta de capacitação constante dos nossos técnicos.

Caetano Rúben foi condecorado pelo Governo da cidade. O que pesou mais para este acto, o seu desempenho na natação ou o seu envolvimento nos festivais dos jogos escolares?

-Pesou a contribuição que a família do desporto, em geral, acha que faço e que devo melhorar cada vez mais. Foi um incentivo, uma responsabilização e um desafio para que trabalhe mais. Veja que esse desafio foi-me lançado num dia em que o primeiro presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane, completava 50 anos depois de ter sido assassinado. Foi num dia em que

o país parou literalmente, e estar em frente de muitas ilustres figuras que foram condecoradas, engrateceu-me muito. Repare que fui condecorado em vida, não a título póstumo, por isso foi uma grande honra.

Barulho na FMN

Quase sempre há barulho na FMN. A seu ver a que se deve?

-Esta direcção da federação fez

boas coisas em relação às outras, como a realização de todos os campeonatos e algumas formações, como as de juizes e de cronometristas, e, pela primeira vez, a do pessoal de águas abertas. Também já foi reconhecida, do ponto de vista jurídico e criou novos associados e a prova disto é que Manica e Inhambane já praticam a natação, e Sofala aumentou o número de associados mas podia fazer mais, mas se alguém dá hoje à criança, pão com manteiga, amanhã a mesma criança querará pão com queijo. Mas reconhecemos o que foi feito, há o mínimo de organização, mas podia fazer mais. O que condenamos foi o facto de a federação não ter apresentado o relatório de contas e actividades e achamos que faltou respeito aos filiados. Mas é importante frisar que esta federação encontrou alguns problemas, como o facto de se ter perdido o seleccionador nacional nas vésperas de uma competição. Mas globalmente diria que o problema das federações nacionais e de algumas

associações é a falta de humildade na tomada de algumas decisões. Algumas pessoas quando se candidatam para certos cargos comprometem-se a fazer isto e aquilo, mas quando são eleitas, às vezes não cumprem as promessas feitas. Preocupam-se mais com as viagens para o estrangeiro ou em outras agendas.

Está a dizer, por outras palavras que os dirigentes da natação não são sérios?

-No caso vertente da natação eu, pessoalmente, não compreendo o que está a acontecer. Recentemente houve uma reunião em Marrocos, mas ninguém foi, tivemos jogos no Botswana e a natação não se fez representar, há jogos do ensino médio e superior e infelizmente a natação não se faz representar e isto desmotiva as pessoas. A federação não consegue organizar as tabelas dos mínimos e dos records, não tem um banco de dados. Nós aqui na associação temos dados dos atletas.

Breves....breves

Macuacua na Divisão de Honra

Depois de a Federação Moçambicana de Futebol, através do Conselho Jurisdicional, ter chumbado o recurso interposto pela Associação Desportiva de Macuacua, relativo à inscrição do jogador Samuel Sião Mendes, o representante de Gaza que chegou a prometer recorrer à FIFA, acabou conformando-se com os factos.

Vem daí que o Macuacua vai disputar a Divisão de Honra pela zona sul, uma competição em que se perspectiva muita luta, uma vez que para além do Estrela Vermelha, que luta pelo regresso ao Moçambola, há a destacar a entrada, este ano, do Black Bulls, uma formação em crescendo.

Recorde-se que a FMF decidiu punir o Macuacua com 9 derrotas, o correspondente a 27 pontos e uma multa de 150 mil meticais.

Moçambola inicia a 30 de Março

O Moçambola, a maior competição desportiva do país vai iniciar a 30 de Março, segundo garantia dada pelo Presidente da Liga Moçambicana de Futebol, Ananias Coane, à margem da realização da Assembleia Geral daquele organismo.

Para já, há muitas inovações neste ano, motivadas por problemas financeiros, o que levou os clubes a defenderem um modelo totalmente novo no historial do moçambola.

O modelo competitivo será de duas séries de oito equipas a cada uma delas, sendo uma que agrega equipas da zona sul e a outra das zonas Centro e Norte. A competição será disputada em duas voltas.

Entretanto, a direcção executiva da LMF

e os clubes vão, discutir, dentro de dias, o formato ideal para a despromoção dos clubes, sempre em observância ao peso financeiro.

Fraca preparação leva Moçambique ao Grupo B

A selecção moçambicana de hóquei em patins, treinada pelo técnico português, Pedro Nunes, perdeu diante de Angola, por 5-3, em jogo da segunda e última jornada do Campeonato Africano de hóquei em patins, falhando deste modo a qualificação para o Campeonato do Mundo.

Assim, enquanto Angola qualifica-se para o Mundial do Grupo A, Moçambique, como segundo classificado, vai disputar o Mundial do Grupo B (Taça Intercontinental) e o Egipto a Taça Solange.

As três competições vão decorrer em simultâneo entre 07 a 17 de Julho, em Barcelona (Espanha), uma inovação da Federação Internacional de Patinagem, implementada desde a edição de 2017, na China, onde Angola obteve a sua melhor classificação de sempre, ao terminar no quinto lugar.

Para além de Angola já estavam qualificadas as selecções da Espanha, Portugal, Argentina, Itália, França, Chile e Colômbia.

A prestação de Moçambique não foi das melhores devido, em parte, ao facto de ter tido um curto espaço de tempo de preparação.



Mozambique Rovuma Venture

MOZAMBIQUE ROVUMA VENTURE S.p.A. ANÚNCIO PÚBLICO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE CENTRO DE INFORMAÇÃO DO PROJECTO NO ÂMBITO DO PROJECTO DO ROVUMA LNG DA ÁREA 4 NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

A **ExxonMobil Moçambique, Limitada** (“EMML”) em nome da **Mozambique Rovuma Venture S.p.A.** (“MRV”) convida todas as empresas interessadas a apresentarem a sua manifestação de interesse (“**Manifestação de Interesse**”) para estabelecer e operar um Centro de Informação sobre o Projecto para o apoiar as operações da MRV na República de Moçambique.

ÂMBITO DO TRABALHO

O âmbito do trabalho inclui:

- Desenvolver e operar (por contrato de locação de máximo 5 anos) um Centro de Informação do Projecto em Palma que sirva como centro de envolvimento das partes interessadas (comunidade, ONGs, sociedade civil e governo local) e como principal lugar de trabalho da equipa de Relações com a Comunidade do Projecto;
- Fornecer uma área para exibir informações sobre o Projecto LNG do Rovuma, oportunidades de negócio, emprego e formação e informar a comunidade sobre o LNG e o seu desenvolvimento mais amplo;
- Fornecer espaços de trabalho para ~ 15 pessoas (por exemplo, uma combinação de escritórios, postos de trabalho num espaço aberto e áreas para conferências/reuniões) e uma grande área para a recepção, na qual receber e atender às preocupações, dúvidas e queixas da comunidade;
- Servir como um centro para gerir projectos de investimento na comunidade;
- Fornecer uma área para o registo dos fornecedores locais (por exemplo, com terminais para o acesso ao Portal de Registo de Fornecedores EMML);
- Alocação do pessoal para serviços básicos de gestão do escritório, limpeza diária, manutenção e segurança, incluindo transporte de/para o centro;
- Ar condicionado em todos os espaços;
- Dois conjuntos privados de serviços sanitários masculinos/femininos, um conjunto de serviços sanitários públicos;
- Zona para café/chá, com instalações adequadas para lavar as mãos/kitchenette (por exemplo, microondas, frigorífico);
- Gerador de energia de backup, para fornecer energia sem interrupções;
- Seguro contra incêndios, equipamentos de prevenção/control de incêndio, incluindo alarmes, detectores de fumo, sistemas de extinção automática, mangueiras de incêndio e extintores;
- Fornecimento contínuo de água filtrada/purificada com tanque de água de reserva e controle mensal da qualidade da água;
- Controle regular dos vectores de doenças e fumigação;
- Jardinagem e manutenção do jardim;
- Sinalização na cidade de Palma, indicando a localização do Centro de Informações;
- Prestação de serviços de telefone, internet, informática e técnicos/TI;
- Entrada e estacionamento separados para o pessoal do Projecto; e
- Escritórios seguros, protegidos contra-ataques balísticos e com refúgio seguro, antecâmaras entre os escritórios e o parque de estacionamento, CCTV, etc., que cumpram com os requisitos de segurança da EMML.

REQUISITOS ADICIONAIS

- Localização na cidade de Palma, na estrada principal ou perto dela, para permitir o fácil acesso da comunidade; e
- Devem ser fornecidos comprovativos de: terreno arrendado, próprio ou a opção de compra mediante a apresentação da proposta técnica/comercial.

Nota: as empresas que participam neste concurso devem ser entidades moçambicanas ou realizar uma parceria formal com um fornecedor moçambicano para criar uma entidade para este trabalho.

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

As empresas interessadas neste convite devem enviar as informações e os documentos necessários mencionados abaixo através do Portal de Registo dos Fornecedores da EMML <https://mz.rovumalngsrp.com/>, confirmando o seu registo ao email

Area4LNGContractsexxonmobilcom@exxonmobil.com:

(Nota: O registo deve ter referência ao seguinte código de mercadoria: SS04BE11 - *Formação: Pesquisa e Desenvolvimento*. No portal, na aba “Pro-

ductos e Serviços”, *selecione Serviços Gerais (SS11) -> Serviços Administrativos e de Assistência Social (SS11AF) -> SS04BE11 - Formação: Pesquisa e Desenvolvimento*).

1. Uma cópia da licença válida da empresa, emitida pela autoridade relevante;
2. Uma cópia da certidão comercial, nome da entidade legal e pessoa de contacto para receber as informações sobre a qualificação e comerciais;
3. Uma cópia dos últimos três anos das demonstrações financeiras da empresa/Relatório Anual, comprovando a capacidade financeira mínima para a realização do âmbito do trabalho;
4. Estrutura da empresa e do grupo com a lista dos principais sócios e beneficiários finais (se não estiverem presentes na bolsa de valores);
5. Certificações do Sistema de Gestão da Qualidade e/ou Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com as Normas Internacionais de Qualidade;
6. Certificação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança e/ou documentos que demostrem a conformidade com os padrões internacionais;
7. Informações gerais sobre o perfil da empresa;
8. Experiência anterior no desenvolvimento e gestão de um Escritório de Informações de Projecto ou similar;
9. Experiência prévia de trabalho em Moçambique;
10. Proposta de conteúdo local e planos de desenvolvimento dos fornecedores;
11. Demonstração de bons sistemas de saúde/protecção/segurança e estatísticas de desempenho de segurança;
12. Evidências de que a empresa possui sistemas em conformidade com a Lei sobre as Políticas Anticorrupção no Exterior e a Lei Contra o Suborno do Reino Unido;
13. Localização proposta para o Centro de Informação de Projecto na cidade de Palma.

A finalidade das informações e dos documentos é identificar as empresas qualificadas que tenham capacidade comprovada e experiência relevante recente para serem consideradas em caso de um possível concurso para o desenvolvimento e a operação do Centro de Informações de Projecto.

Somente as sociedades, consórcios ou JV que tenham capacidade comprovada e experiência recente no fornecimento dos serviços acima mencionados serão considerados para o potencial concurso no âmbito do serviço descrito acima.

Este anúncio não deve ser considerado como um convite ao concurso e não representa ou constitui uma promessa, oferta, obrigação ou compromisso de qualquer natureza por parte da MRV em celebrar qualquer acordo ou convénio convosco ou com qualquer sociedade que responda a este anúncio.

Todos os dados e as informações fornecidos no aplicativo não serão considerados como um compromisso por parte da MRV de celebrar qualquer acordo ou contrato convosco, nem autorizarão a sua empresa a reivindicar qualquer indemnização da MRV.

Os dados e informações claramente marcados como “confidenciais”, fornecidos no âmbito deste pedido, serão tratados como confidenciais pela MRV,

ExxonMobil Moçambique, Eni Rovuma Basin S.p.A e pelas suas afiliadas e não serão divulgados a pessoas ou empresas não autorizadas.

O prazo limite para o envio da Manifestação de Interesse é dia 29 de Março de 2019.

Quaisquer custos incorridos pelas empresas interessadas na elaboração da Manifestação de Interesse serão da inteira responsabilidade das empresas, as quais não terão direito a qualquer reembolso por parte da MRV e não terão direito de recurso contra a MRV.



ExxonMobil





Mozambique Rovuma Venture

**MOZAMBIQUE ROVUMA VENTURE S.p.A.
PUBLIC ANNOUNCEMENT FOR EXPRESSIONS OF INTEREST
PROJECT INFORMATION CENTER IN CONNECTION WITH THE ROVUMA LNG PROJECT
OF AREA 4 IN THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE**

ExxonMobil Mocambique, Limitada (“EMML”) for and on behalf of **Mozambique Rovuma Venture S.p.A.** (“MRV”) invites interested companies to submit their expressions of interest (“Expression of Interest”) to establish and operate a Project Information Center in support of MRV’s operations in the Republic of Mozambique.

SCOPE OF WORK

The scope of work includes the following:

- Develop and operate (which could be up to a 5-year lease) a Project Information Center in Palma to serve as a central location for stakeholder engagements (community, NGOs, civil societies, and local Governments); as well as the primary work location for the Project’s Community Relations team;
- Provide an area to display information about the Rovuma LNG Project, business opportunities, jobs, and training; and to educate the community on LNG and the broader development;
- Provide work spaces for ~15 people (e.g., mix of offices, open area workstations, and conference / meeting spaces), and a large reception area to receive and address concerns, queries, and grievances from communities;
- Serve as a center to manage community investment projects;
- Provide an area for local supplier registration (e.g., computer kiosk for access to EMML Supplier Registration Portal);
- Staffing for basic office management, daily cleaning, maintenance, and security services, including transportation to / from center;
- Air conditioning throughout;
- Two private sets of male/female toilets, one public set of toilets;
- Coffee / tea area with proper hand washing facilities / kitchenette (e.g., microwave, refrigerator);
- Back-up power generation to provide uninterrupted power;
- Fire insurance, fire prevention / control equipment including alarms, smoke detectors, sprinkler systems, firehose, and extinguishers;
- Continuous filtered / purified water supply with back-up water tank and monthly control of the water quality;
- Regular vector control and fumigation;
- Landscaping and garden maintenance;
- Signage in Palma town indicating location of Information Center;
- Provision of services for phone, internet, computer and technical/ IT;
- Separate entrance and car park for Project staff; and
- Secure, ballistic-hardened offices and safe haven, air locks between offices and car park, CCTV, etc. that meets EMML’s security requirements.

ADDITIONAL REQUIREMENTS

- Located in Palma town on or near main road to allow for easy access by community; and
 - Must be able to provide evidence of land leased, owned, or option to acquire upon submission of technical / commercial proposal.
- Note, companies ultimately participating in this tender must be a Mozambican-owned enterprise or undertake a formal partnership with a Mozambican-owned provider to create an entity for this work.

REQUIRED DOCUMENTS

Companies interested in this invitation shall complete company information and submit the required documents listed below in EMML Supplier Registration Portal <https://mz.rovumalngsrp.com/> and email confirming registration to Area4LNGContractsexxonmobilcom@exxonmobil.com:

(Note: The registration must refer to the following commodity code: SS04BE11 – *Training: Research and Development*. Within the portal, under ‘Products & Services’ tab, select *General Services (SS11)* -> *Adminis-*

trative and Welfare Services (SS11AF) -> *SS04BE11 - Training: Research and Development.*)

1. A copy of Company’s valid license issued by the relevant authority;
2. A copy of the trade register, legal entity name and contact person for receiving qualification and commercial information;
3. A copy of Company’s last three years of financial statements/ Annual Report proving minimum financial capacity for the realization of the scope of work;
4. Company and group structure with the list of major shareholders and ultimate beneficiaries (if not listed in the stock exchange);
5. Quality Management System certifications and/or Quality Management System compliant with international Quality Standards;
6. Health & Safety Management System certification and/or documents providing the company compliance with international standards;
7. General information about the Company profile;
8. Prior experience in developing and managing a Project Information Office, or similar;
9. Prior experience working in Mozambique;
10. Proposed local content and supplier development plans;
11. Demonstration of good health / safety / security systems and safety performance statistics;
12. Evidence the company has Foreign Corrupt Policy Act and UK Bribery Act compliance systems; and
13. Proposed location for the Project Information Center in Palma Town.

The purpose of the information and documents is to identify qualified companies that have the proven capability and recent relevant experience to be considered for potential invitation to tender for the development and operation of the Project Information Center.

Only companies, consortia or JV that have proven capability and recent experience of supplying the above required services will be considered for potential tender for the scope of service described above.

This enquiry shall not be considered as an invitation to bid and does not represent or constitute any promise, offer obligation, or commitment of any kind on the part of MRV to enter into any agreement or arrangement with you or with any other company participating in this enquiry.

All data and information provided within the application shall not be considered as a commitment on the part of MRV to enter into any agreement or arrangement with you, nor shall it entitle your company to claim any indemnity from MRV.

Data and information clearly marked as “confidential” provided pursuant to this enquiry will be treated as confidential by MRV, ExxonMobil Mocambique, Limitada and Eni Rovuma Basin S.p.A. and their affiliates and will not be disclosed to non-authorized persons or companies.

The deadline for submission of this Expression of Interest is set for 29 March 2019.

Any costs incurred by the interested companies in preparing the Expression of Interest shall be solely the entire responsibility of the companies, and shall be fully born by such companies which will not be entitled to any reimbursement by MRV and such companies shall have no recourse to MRV.



ExxonMobil



Semana da Mulher: Arte e protesto

Por Venâncio Calisto

Na semana passada, celebrou-se o 08 de Março, dia Internacional da Mulher, que foi marcado, um pouco por todo país, por actividades artísticas e de protesto que congregaram mulheres e activistas da sociedade civil. Tal como passamos a resumir na página cultural desta semana.

A luta pela afirmação da mulher na esfera sociopolítica, bem como na arte, continua a ser um dos grandes desafios do nosso milénio. Principalmente em países como o nosso, onde a taxa de mulheres ou raparigas que são privadas do acesso à escola, assim como a outros direitos fundamentais, continua alarmante.

E o alarme tocou, mais frenético do que nunca, na semana passada, quando o Conselho Municipal da Cidade de Maputo proibiu a marcha promovida pela Fórum Mulher, uma organização não-governamental baseada em ideais feministas, pela passagem do dia Internacional da Mulher, celebrado em todo mundo a 08 de Março. E só foi à braço-de-ferro que as ruas da cidade foram autorizadas a albergar centenas de gritos, que povoaram a manhã daquele dia e içaram protestos contra às injustiças sociais e culturais que as mulheres são sujeitas diariamente.

O que nos faz destacar este evento da sociedade civil é o seu carácter abrangente e criativo. A marcha reuniu mulheres de quase todas esferas sociais e gerações; fora os dísticos que denunciavam a opressão de que a mulher é ví-



Mulheres marcham pelas artérias da capital exigindo respeito pelos seus direitos

tima, também houve os que não deixaram que passasse despercebida outras formas de injustiça social como é o caso da “exorbitante” subida do preço da energia eléctrica. E a arte, como sempre, foi a forma escolhida para expressar o manifesto. Em representação das mulheres vítimas da violência doméstica, algumas vestiram-se de hematomas e gessos. Era o teatro a denunciar o crime, que infelizmente permanece encoberto pelo breu da tradição ou do medo. Quantas mulheres, por conta desses “silenciadores” sociais, sofrem caladas?



Protestos contra violência doméstica

Quem disse que as mulheres não podem fazer uma serenata?

E foi para que se quebrasse, duma vez por todas, o silêncio, essa forma subtil de opressão, que na noite daquele 08 de Março, a banda Kakana, na companhia de mais dez artistas, provou que as mulheres também são capazes de entoar a mais bela serenata. O show foi no jardim do Centro Cultural Franco Moçambicano e o público rendeu-se a extasiante combinação de vozes de cantoras como Xixel, Rhodália, Onésia e a anfitriã do concerto, Yolanda Kakana, só para citar algumas, que dentre vários temas, entoaram canções de exaltação e homenagem à mulher, perfume e sustentáculo do mundo. O espectáculo, feito exclusivamente por mulheres, mais do que celebrar o dia Internacional da Mulher, manifestou a urgência da emancipação e seu emponderamento, para que possamos ter uma sociedade mais justa e mais equilibrada.

Ciclo de Cinema no Teatro Avenida

Ainda sobre a mulher. “Sorrisos de uma noite de verão”, uma trama de amor protagonizada por mulheres foi o filme exibido no dia 05 de Março, a contar para a terceira sessão do Ciclo de Cinema de Bergman, que acontece no Teatro Avenida desde finais de Fevereiro.

Podemos dizer que o realizador sueco, Ingmar Bergman, um dos mais importantes cineastas do século XX, está de visita ao Teatro Avenida, em Maputo, e – no mesmo palco em que o seu genro, o grande romancista, dramaturgo e encenador Henning Mankel, trabalhou com o Mutumbela Gogo durante décadas – exhibe o melhor dos seus filmes. Trata-se dum ciclo de cinema com duração de oito semanas, organizado pelo Teatro Avenida e o escritor e crítico de cinema António Cabrita com apoio da União Europeia.

Acontece às terças-feiras, a partir das 18 horas, e no fim de cada sessão há um espaço de debate ou de comentário sobre o filme assistido. Desde a primeira sessão, o público não pára de aumentar, mas há ainda muitas cadeiras por preencher. Há que se incutir nas pessoas o hábito de ir ao cinema. Na semana finda, o filme foi “Sorrisos de uma noite de verão”, uma comédia cujo enredo nos remete a Shakespeare, concretamente ao enredo de “Sonhos de uma noite de verão”, mas o seu roteiro é tão consistente e autêntico que assume a sua própria identidade.

Este filme, que se passa em 1901, conta a história do advogado Egerman, viúvo e pai de Henrik, um jovem estudante de Teologia, perturbado pelo encanto provocatório de Petra, criada e confidente da esposa de seu pai. Egerman está casado em segundas núpcias com a bela e jovem Anne, que, apesar da sedução e paciência do seu velho marido, não consegue se entregar por inteiro, por isso, permanece virgem desde que se casou. Na verdade, ama o seu filho, o Henrik. Entretanto, Egerman decide procurar sua antiga amante, a famosa actriz Désirée, mas o seu

actual amante, o conde Malcolm, impede que se consuma o reatamento do casal.

Este nó amoroso, que provoca lágrimas e conflitos morais entre as personagens e as suas próprias consciências, só encontra o seu desfecho, por sinal feliz, durante a festa organizada por Désirée na casa de campo da sua mãe, na qual é servido um jantar afrodisíaco que faz libertar as paixões. Os apaixonados, livres de quaisquer tipo de amaras sociais ou morais decidem viver, com liberdade, o seu amor: Henrik foge com Anne, esposa de seu pai; Désirée reata com Egerman e até os criados se rendem aos caprichos do amor.

Esta narrativa cinematográfica é considerada um dos mais importantes filmes de Bergman por ter sido o filme que lhe permitiu conquistar um grande prestígio a nível mundial. É graças a este estatuto que este grande homem do cinema mundial ganha a liberdade para escrever e filmar os filmes mais ousados e brilhantes da sua carreira, como o são “Sétimo Selo” e “Morangos Silvestres”.

“Sorrisos de uma noite de verão” fala da juventude e da volúpia do amor nesta fase da vida e nos lembra o tema principal de “A Mónica e os Desejos”, um outro filme de Bergman, exibido na sessão anterior a esta, que nos faz reflectir sobre como a paixão guia a lógica da “ilógica” vida da juventude.

Ingmar Bergman é tido como um dos grandes génios do cinema e do teatro tanto pela quantidade e qualidade da sua obra. E é indubitavelmente um grande exemplo de cultura e disciplina, aspectos determinantes e indispensáveis para todo o artista.

Nascido em Julho de 1918 e falecido em Julho de 2007, Bergman dedicou a sua vida totalmente a arte, e é com ela que nos brinda nesta especial visita ao Teatro Avenida, no ciclo de cinema que todos são convidados a assistir, todas as terças-feiras. Conhecer este grande génio do cinema mundial é de borla.

CARTÃO DE CRÉDITO ÚNICO VOYAGER

UM CARTÃO ÚNICO COM MILHAS DE VANTAGENS MUDA TUDO.



Viajar traz sempre algo de único. Traz histórias, experiências, lembranças, cultura e vontade de ter milhas para conhecer o mundo inteiro. Por isso, para acumular milhas com o novo cartão de crédito Único Voyager, basta usá-lo nos pagamentos das suas compras e viajar na South African Airways, uma das mais conceituadas companhias aéreas de África. E isso muda tudo. **Boas viagens.**

Para mais detalhes informe-se em:

www.bancounico.co.mz



CLASSIC/GOLD: Cash advance 5% (Mín. 250 MZN) | TAE 40%/38% | Taxa OJF 5%.

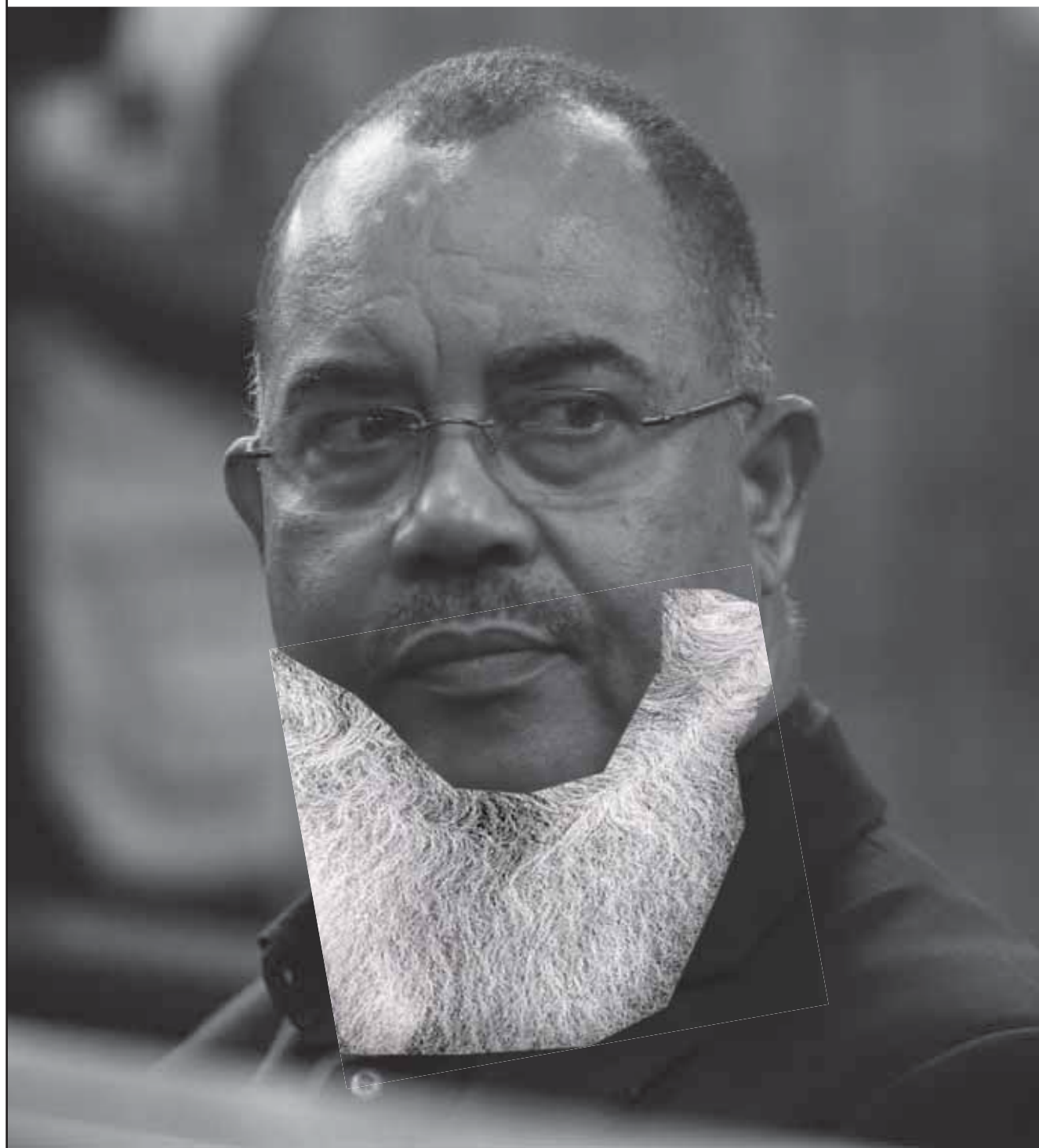
Membro do Grupo  NEDBANK



SOUTH AFRICAN AIRWAYS
VOYAGER

ÚNICO
Ser único muda tudo.

Kempton Park, 15-3-2023.
Sentença adiada para
a próxima semana.



SACANA

SUPLEMENTO HUMORÍSTICO DO SAVANA Nº 1314 • 15 DE MARÇO DE 2019

Massagens Teofilo





NO INFORMAL

Venâncio Calisto (Texto)

Naita Ussene (Fotos)

Afinal ainda é possível ser feliz

Já dizia o poeta brasileiro Vinícius de Moraes que “a vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro”. Por isso, festa é o que não falta, quando nos cruzamos com um velho amigo ou companheiro de batalha. A amizade quando é verdadeira torna-se numa luz enorme, a transbordar-nos pelo corpo todo. E nós, seres incandescentes sorrindo para a vida como se a felicidade fosse eterna. Enfim, é melhor não me alongar nesta tentativa falhada de poetizar a magia do encontro, deixemos essa nobre missão ao poeta, que por sinal aqui está, mais metafórico do que nunca. Deixemos que Armando Artur, vencedor do prémio BCI de Literatura para o ano 2018, poeta e ex-ministro da Cultura nesta foto com Carlos Paradona, novo secretário-geral da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO) nos diga com que palavras se tece um poema sobre a amizade.

No passado dia 08 de Março, encerrou a exposição de fotografia “AeroClube de Moçambique – 90 anos, 90 imagens”, que esteve patente no edifício sede do BCI, um evento que veio nos lembrar a história e a evolução da aviação no país. A festa está em pause. E talvez seja sobre o enguiço da memória que o Dr. Achirafu, jurista e membro do ACM priva, ao abrigo duma atmosfera séria, tal como denuncia a imagem, com o banqueiro Miguel Ribeiro.

Voltando a festa, aos encontros e a amizade. Francisco Mucanheia fez anos e os camaradas não se fizeram de rogados, e com sorrisos e apertos de mãos felicitaram o militante da Frelimo e deputado. Aí está Roque Silva, secretário-geral do partido a dar o exemplo de que a vida deve ser celebrada. Na mesma ocasião Eduardo Nihia e Mateus Kathupa, deputado da assembleia da República, de mãos dadas ajudaram a entoar a canção: “parabéns a você”. Que a saúde e a felicidade nunca falem ao nosso aniversariante.

E agora o momento mais comovente. Quando o futuro nos abraça e nos pede certezas. Eis os alunos da Escola Internacional de Maputo abraçadas ao seu director Florentino Dick. Há uma criança que chora, talvez pelas traquinices, próprias da idade, mas na totalidade todas elas estão radiantes e como flores saudando a primavera, espalham por todos os lados, o perfume da esperança. Afinal ainda é possível ser feliz!





IMAGEM DA SEMANA

Foto: Naita Ussene



Pacheco volta a meter os pés pelas mãos

Por Argunaldo Nhamposse

O ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, José Pacheco, voltou uma vez mais a descreditar a sua já queimada imagem, nos corredores diplomáticos.

Depois de ter mentido descaradamente em 2018, alegando que já havia um acordo com o banco Russo VTB para sanar as dívidas ocultas, apareceu esta semana numa comunicação inesperada, anunciando a integração de 400 oficiais da força residual da Renamo nas fileiras das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), no âmbito do cumprimento do memorando de entendimento assinado entre o governo e o maior partido da oposição para o resgate da paz.

A informação caiu muito mal, quer nas hostes da perdiz, na qualidade de contraparte nas negociações bem como no próprio presidente da República, Filipe Nyusi, que foi obrigado a correr atrás do prejuízo. Esta não é a primeira vez que José Pacheco cai no descalabro nos corredores diplomáticos.

Em Março do ano passado, no final de um encontro com o seu homólogo Russo, Seguei Lavrov, anunciou o alcance de um entendimento com o banco VTB para sanar as dívidas ocultas que beneficiaram de garantias do Estado moçambicano.

“Esteve cá o director-geral do banco russo (VTB) que trabalhou com os sectores pertinentes nesta área e há um entendimento sobre como sanar a dívida. É uma questão técnica que está a ser trabalhada a nível dos pe-

louros responsáveis por seguir este processo”, disse José Pacheco na altura.

O VTB foi um dos bancos que financiou, a EMATUM, MAM e ProÍndicus, naquilo que ficou conhecido como o maior escândalo financeiro de um país africano. Não tardou, um ano depois, Pacheco volta a furtar-se da verdade num encontro diplomático. Desta vez, foi na abertura da reunião de consultas diplomáticas entre Moçambique e Portugal que contou com a presença da Secretária do Estado dos Negócios Estrangeiros daquele país, Teresa Ribeiro.

José Pacheco quis mostrar o nível de comprometimento do executivo moçambicano no alcance da paz para o país a sua contraparte portuguesa, tendo dito que “já estão integrados, ou pelo menos já estavam, há uma semana, integrados 400 oficiais da Renamo nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique”.

Pacheco tido como um dos possíveis presidenciais em 2024, quando o pacto de governação passar para o centro do país, pode hipotecar as suas aspirações por conta destas e tantas outras declarações que não inspiram confiança e que daqui em diante serão sempre questionadas.

Nyusi corrige gafe

A revelação do chefe da diplomacia nacional colocou, momentaneamente, em *cheque-mate* todo um trabalho de aproximação e consensos alcançados nos últimos dois encontros que o presidente da República, Filipe Nyusi, manteve com o presidente da

Renamo, Ossufo Momade este mês. Volvidos duas horas e meia após a Renamo classificar as declarações de Pacheco de “mentira grosseira”, foi a vez de Nyusi acalmar as águas. Numa rara aparição à margem do tradicional briefing à imprensa, no final da sessão de Conselho de Ministros, o estadista moçambicano clarificou que os 400 homens que Pacheco fez menção foram os selecionadas de um lote de dois mil integrantes do curso extraordinário de agentes especiais recentemente graduado, em Matlane.

Tranquilizou que não são elementos da Renamo, mas sim jovens desmobilizados após o cumprimento do serviço militar obrigatório e que serão integrados na polícia.

Assegurou que o processo de reintegração dos homens da Renamo está a registar avanços e reconheceu a possível existência de dificuldades que o tempo irá sanar.

Por sua vez, o chefe da equipa da Renamo na Comissão dos Assuntos Militares, André Magibire condenou veementemente as declarações de José Pacheco considerando-as de mentira grosseira para o povo moçambicano e não só.

Disse reconhecer apenas 14 oficiais provenientes da Renamo que foram providos até ao momento e distribuídos da seguinte forma:

Três chefes de departamento do Estado Maior General; quatro chefes de repartições do Estado Maior do ramo de exército; um comandante de brigada; dois comandantes de batalhões independentes e por fim dois chefes de Estado Maior de batalhões independentes.

À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- Com o aproximar da reunião magna do partidão, reina grande expectativa quanto ao futuro de um dos rebentos do fundador da nação. Ambos os lados estão inconformados com a saga que levou o outro a filiar-se numa organização cívica como alternativa à sabotagem de que foi vítima, com sequestros ainda pelo meio. Se medida extrema for tomada, poderá ser ainda mais interessante o escrutínio de Outubro próximo.

- Mais interessante está também o mediático processo das dívidas ocultas, com a possibilidade do descendente chinês vir a ser extraditado para os Estados Unidos, estes que dizem que farão tudo para levar os envolvidos à barra do tribunal. O nervosismo que reina é que se tal vier a acontecer, o que dirá o antigo ministro aos gringos? O melhor é mesmo ele voltar à terra natal, onde toda a informação poderá ser mais controlada.

- Com a decisão da autoridade internacional do futebol de suspender um dos quadros da FMF, acusando-o de corrupção, questiona-se se haverá seguimento ao nível das autoridades locais.

- Contrariando a lógica, o engenheiro do planalto abriu a reunião dos empresários no último dia do evento. Na data destinada à abertura, preferiu inaugurar uma fábrica de bebidas lá para as bandas de Marracuene. As más línguas são de opinião de que o timoneiro priorizou os verdadeiros empresários em vez de intermediários que estavam concentrados no CICJC.

- O timoneiro do planalto tem anunciado o combate a corrupção como uma das suas bandeiras, tendo na reunião com os edis anunciado que há na manga muitos processos do género contra autarcas, será que vai mesmo passar da teoria à prática ou vai ficar uma vez mais como populista?

- O Zé da rua 6 do Macurungo definitivamente mostrou que a diplomacia constitui um fardo pesado para os seus ombros ao mentir pela segunda vez em encontros com os seus homólogos. Se o governo já perdeu confiança junto dos parceiros devido as ocultas odiosas não estranhará a ninguém que nos próximos será pelos discursos dos dirigentes.

- A antiga estudante da universidade que forma bufos, por acaso uma beleza para invejar, já não vai andar nas ruas de Maputo com os seus altos pompôs, nem vai usufruir das casas de luxo que comprou em zonas de elite. Acabou o show off e começou a pesada vida de reclusão para quem se habituou a vida de rainha. Pena é para o rapaz de 11 anos que viu os pais a recolherem aos calabouços por ambição desmedida.

Em Voz baixa

- Um estudo sobre a rota do tráfico de drogas acaba de confirmar uma das grandes constatações de anos. O negócio está a fluir com a protecção da elite política nacional por esta estar umbilicalmente ligada com o negócio. Se a PGR estiver realmente preocupada em combater o crime, como procura fazer crer com as últimas detenções, então, que investigue os hotéis e a indústria imobiliária que proliferam em algumas cidades moçambicanas.

Ganha prémios
Só Pra Ti via M-Pesa

Digita *109# e ganha

Termos e condições aplicáveis.



SóPraTi
*109#
MILIONÁRIO

O futuro é tudobom.
Vamos?

vodacom



Heineken quebra recorde africano



A primeira fábrica da Heineken em Moçambique quebra recorde africano ao ser construída em cerca de 12 meses, deixando para trás o empreendimento edificado na Costa do Marfim em 14 meses. O novo empreendimento inaugurado nesta quarta-feira pelo Presidente

da República, Filipe Nyusi, conta com um investimento de cerca de 100 milhões de dólares. Localizado em Bobole, entre os distritos de Marracuene e Manhica, a fábrica terá uma capacidade de produção de 0.8 milhões de hectolitros, tendo inicialmente começado a produzir a cerveja

“Txilar”, uma marca de cerveja especialmente feita “por moçambicanos para consumidores moçambicanos”.

A fábrica está dotada de uma das mais recentes tecnologias da área e vai usar matéria-prima nacional, com destaque para milho produzido por mais de mil agricultores da

Vila de Catandica (Barué), província de Manica.

Perante cerca de 500 convidados, entre membros do Governo e dirigentes de empresas públicas e privadas, o director do Conselho Executivo da Heineken, Jean-François Boxmeer, afirmou que acredita que a construção da fá-

brica constitui um grande passo no quadro da presença da empresa no país.

Com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a rondar em 3.5% no ano passado, a nova fábrica em Moçambique continuará a importar marcas de cerveja como Heineken, Amstel, Sagres e Strongbow, sendo que o consumo de cerveja actualmente encontra-se nos 10.5 litros per capita.

Portanto, Boxmeer informou que a mesma quer se posicionar como parceiro económico no crescimento de Moçambique, sendo que a fábrica já emprega 200 pessoas das quais 96% são moçambicanas que nas últimas 23 mil horas receberam formação de 12 meses em diferentes países para saber lidar com as novas técnicas de tecnologia que a compõem.

Por seu turno, Filipe Nyusi felicitou os responsáveis pelo empreendimento, fazendo notar que a implantação da fábrica em Moçambique representa mais que um sinal de confiança que os outros países depositam no nosso país, estando aberto para mais empreendimentos.

A subsidiária Heineken Mozambique iniciou a actividade em 2016 com um escritório de promoção e vendas e a importação de cervejas como Heineken, Amstel, Amstel Lite e Sagres a fim de alargar a quantidade de produtos à disposição dos consumidores moçambicanos.

Mesquita anuncia reforço nos transportes

O governo, através da empresa CFM-Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, vai adquirir, ainda este ano, um total de 90 carruagens e cinco locomotivas adicionais, para o reforço do transporte de passageiros e mercadorias, nos sistemas ferroviários Sul e Centro.

Esta informação foi revelada, nesta segunda-feira, em Maputo, pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, à margem da 10ª Reunião Nacional das

Autarquias Locais.

Abordado por jornalistas, após dissertar sob o tema “mobilidade e acessibilidade urbanas”, Carlos Mesquita disse que a perspectiva é de que os referidos equipamentos estejam disponíveis e em circulação já no terceiro trimestre do ano em curso.

“Há três anos, fizemos um investimento nos sistemas ferroviários Sul e Centro, nomeadamente, nas linhas férreas de Goba, Resano Garcia, Chicualacuala, Sena e Marromeu, mas temos estado a

notar que a procura ainda é muito elevada, o que é bom, pois reduz a pressão sobre as estradas, diminuindo, deste modo, o nível de acidentes rodoviários, para além de permitir que a população transporte maior quantidade de mercadorias a preços extremamente acessíveis”, referiu o governante.

Tendo em consideração estes factores, conforme indicou o ministro, o Governo decidiu avançar na aquisição de 90 carruagens e cinco locomotivas, para os sistemas Sul e Centro, num projecto executado

em colaboração com o governo da Índia e enquadrado no âmbito do Programa Quinquenal e o Plano Económico Social (PES) de 2019. Muito recentemente foi feita a definição das especificações das referidas carruagens, que serão maioritariamente de terceira classe, com um número considerável de segunda e primeira classes, para conferir mais conforto e comodidade aos utentes.

A propósito, Carlos Mesquita explicou que, do lote de 90 carruagens, constam algumas carruagens-

restaurantes. A ideia é que cada comboio de passageiros passe a contar com uma carruagem-restaurante.

“Isso vai fazer com que todos os passageiros a bordo possam ter facilidades na aquisição de alimentos devidamente confeccionados, assim como a criação de condições para o aquecimento da água para a preparação do leite para os bebés, entre outras necessidades logísticas, uma vez que algumas viagens são longas e chegam a durar, nalguns casos, acima de seis horas”, concluiu.



Somos Representantes Oficiais da Marca MikroTik

Equipamentos de qualidade, com o melhor alcance que garantem maior segurança e dinamismo ao seu serviço de internet. Disponíveis na nossa loja



Helpdesk:
21 49 70 70
84 48 000 48
helpdesk@clubnet.mz

Termos e Condições: para mais detalhes acesse www.clubnet.mz

70 jovens formados em computação

Um total de 70 jovens moçambicanos beneficiou de uma capacitação em matérias de tecnologias de informação, através de um workshop denominado Cloud Study Jams promovido, no sábado, 9 de Março, em Maputo, pela Google Developers Group (GDG) em parceria com a Incubadora de Negócios do Standard Bank.



Para o efeito, a associação juntou no evento de estudo sobre computação em nuvem (Cloud), leccionado

União Europeia assina convenção de 217 milhões de Euros

A União Europeia e o Governo moçambicano assinaram em Maputo, semana passada, quatro convenções de financiamento. Com um valor total de 217 milhões de Euros, estes acordos fazem parte do Programa Promove, e cobrem quatro áreas chave: a facilitação ao comércio, a gestão sustentável dos recursos naturais, a promoção da agricultura sustentável e do agro-negócio e a reabilitação de estradas nas zonas rurais.

Para o alcance destes objectivos, 12 milhões de euros serão destinados ao domínio do comércio para apoiar nos meios que irão facilitar a implementação de comércio e melhorar o ambiente de negócios.

Treze milhões de euros estão alocados à Biodiversidade de modo a protegê-la e melhorar a subsistência das comunidades rurais, cobrindo as ilhas primeira e segunda e zonas costeiras adjacentes, reserva nacional de Gelé e o Inselbergue de Mabu nas províncias de Nampula e Zambézia.

O Agro-negócio com 68 milhões de Euros visa apoiar o desenvolvimento da agricultura comercial sustentável de pequena escala, apoiar na melhoria

de produtividade dos pequenos produtores através do serviço de apoio, extensão financeira e disponibilidade de serviços ao longo das cadeias de valores.

O quarto programa, o Promove Transporte com um total de 124 milhões de Euros, vai centrar-se na reabilitação de estradas rurais nas províncias de Zambézia e Nampula tornando possível a integração regional e internacional (Malawi e Zâmbia), com o objectivo de contribuir para o crescimento económico sustentável, inclusivo no que se refere a criação de emprego e redução de pobreza.

Este financiamento é parte das doações dos recursos financeiros disponibilizados no quadro do Programa Indicativo Nacional do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), referente ao período 2014 – 2020, para um crescimento mais inclusivo e sustentável no país. O programa Promove e as quatro componentes estarão centradas nas províncias da Zambézia e Nampula por estas apresentarem 60% na sua população dependente de uma agricultura sustentável com baixa produtividade e baixo retorno.

Banco Único lança cartão “Único Voyager”

O Banco Único lançou, semana finda, em parceria com a South African Airways, o cartão de crédito denominado por Único Voyage. Os cartões estão disponíveis na série Classic e Gold.

Com este cartão, os clientes do Banco Único podem acumular milhas sempre que viajarem naquela companhia área sul-africana ou em qualquer um dos parceiros do programa SAA Voyage, bem como, em compras do dia-a-dia.

António Correia, Presidente da Comissão Executiva do Banco Único, avançou que o cartão Único Voyage,

para além de ser único no mercado moçambicano, tem por objectivo oferecer soluções baseadas na excelência e inovação, capazes de dar resposta às necessidades específicas de cada pessoa.

Com o cartão, o Banco Único pretende alargar e diversificar cada vez mais a sua oferta de cartões, oferecendo soluções e benefícios dirigido a cada seguimento, desígnio abraçados pela instituição desde a sua génese.

Como oferta especial de lançamento do cartão, durante os meses de Março e Abril, o cliente que aderir e usar no mínimo 5 vezes o cartão Único Voyage fica, automaticamente, elegível a um bónus de 50 mil milhas.

em 4 sessões e por igual número de formadores, jovens interessados em adquirir conhecimentos através da plataforma Google Cloud, fornecida pelo Google.

Rosário Fernandes, organizador do evento, disse que o principal objectivo do workshop era dar experiência prática aos jovens interessados em tecnologias de informação e aumentar o proficiente técnico dos participantes na área de computação em nuvem.

Segundo o organizador, GDG é formado por um grupo de voluntários patrocinados pela própria Google, e o critério de selecção para o ingresso na formação ou capacitação é terem conhecimentos básicos sobre tecnologias de informação.

A segunda edição do Cloud Study Jams focalizou-se na interacção entre os participantes sobre inteligência artificial dentro da nuvem. Para o treinamento personalizado dos formandos, Rosário Fernandes disse que foi necessário fazer-se o uso de uma plataforma chamada Qwiklabs, que oferece várias ferramentas de fácil adequação.

“Geralmente, cada exercício dentro da plataforma tem um custo, mas durante o workshop e depois da formação, eles vão beneficiar do uso grátis, por um período de um mês”, frisou Rosário Fernandes.

Cada ciclo de formação (exercícios) foi leccionado por um formador, por causa da diversificação dos temas e o prosseguimento será à conquista de medalhas electrónicas que servem igualmente como elemento catalisador dentro do curriculum vitae dos participantes.

Vânia Matável, participante do evento, disse que aprendeu a operar com a base de dados e a manusear os dados, que, se forem grandes, podem ser guardados na nuvem.

“Creio eu que trabalhar com nuvem, pela minha experiência, no caso de perda de um ficheiro ou documento, a mesma guarda para nós sem ser necessário o uso de um dispositivo ou pen drive para armazenar”, disse

Vânia Matável.

Vânia Matável congratulou a iniciativa promovida pelo GDG e o Standard Bank pelo facto de unir jovens para estudos sobre tecnologias de borla, isto é, sem pagar nada.

Almeida João de Almeida, estudante finalista do curso de tecnologias de informação, disse que aprendeu uma tecnologia nova para o armazenamento de dados: “Achei interessante aprender algo que ainda não foi introduzido no meu curso, vou aplicar este conhecimento durante o meu percurso”, concluiu Almeida. Importa realçar que a Incubadora de Negócios do Standard Bank é um empreendimento concebido no âmbito da visão e estratégia do banco, cuja materialização passa pela implementação de iniciativas que fomentam a inovação e o empreendedorismo, que são os mentores do crescimento económico do País.

Para além do espaço físico, a incubadora oferece desde a formação até à interacção com outras empresas e órgãos ou entidades governamentais, tendo em vista a criação de condições para o surgimento e estabelecimento de empreendimentos sustentáveis, que terão um impacto positivo na economia e na sua cadeia de valores, gerando riqueza e inclusão financeira para os cidadãos.



Kingdom of the Netherlands

ANÚNCIO DE VAGA

Oficial de Programa para Assuntos Políticos

A Embaixada do Reino dos Países Baixos em Maputo, pretende contratar um Oficial de Programa para Assuntos Políticos.

O candidato deverá possuir o nível superior, 3-5 anos de experiência relevante, excelente domínio das línguas portuguesa e inglesa escrita e falada, excelente capacidade analítica, uma excelente rede de contactos. A posição é de 40 horas de trabalho por semana.

Os interessados deverão enviar o currículo e uma carta de manifestação de interesse em inglês, para o e-mail: MAP@minbuza.nl até 17/03/2019.

Os termos de referência serão enviados aos candidatos que reúnam os requisitos exigidos.

Total premeia melhores Startupper de Moçambique

A petrolífera Total premiou, semana finda, em Maputo, os vencedores do concurso «Startupper» do ano, uma iniciativa que teve por objectivo identificar e premiar os melhores projectos de criação e desenvolvimento de empresas.

O primeiro lugar ficou com a Eco Planet Mozambique Lda, um projecto de Sebastião Coana, que actua na protecção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável da nossa economia, através da criação de produtos

ecológicos (com base em matéria prima local), promoção do emprego, e equilíbrio de género na força de trabalho.

O projecto Água Potável para Todos de Emelito Changadeia ocupou a segunda posição no concurso. Este projecto veio para solucionar o problema da falta de água potável na maioria das vilas municipais. Já o terceiro lugar ficou com a Vegetais protegidos-Casa Verde, de Edson António, que disponibiliza hortícolas frescas e de qualidade durante todo ano, no mercado nacional.



Neste evento foi também premiado o projecto Minimal LivingBox de Marta Uetela. Este é o prémio para “A Grande Empreendedora”, como forma de incentivar as mulheres a participarem deste tipo de iniciativas. O Minimal LivingBox é o projecto de um estúdio que se vai dedicar ao design e construção modular, com base em contentores e perfis metálicos, de habitações, escritórios e instalações minimalistas. O desafio Startupper do ano da Total, 2018-2019, realizou-se em simultâneo em 55 países. (Redacção)

LG introduz electrodomésticos inteligentes em Moçambique

A multinacional sul-coreana LG, que opera no ramo dos electrodomésticos, lançou, recentemente, na capital moçambicana, Maputo, a sua nova gama de electrodomésticos, dotados de recursos tecnológicos de última geração.

Dentre as inovações trazidas para o mercado moçambicano, destaque vai para as TV Smarts, que, para além de terem processadores inteligentes a7,4K Cinema HDR, 4K Cinema HDR (Dolby Vision™/ Advanced HDR by Technicolor/ HDR 10 Pro/ HLG Pro), comportam a tecnologia artificial, que compreende comando voz para realizar pesquisas, acessar aplicações e navegar na internet.

E também pela positiva pontifica a geleira inteligente, o LG Smart Instaview Refrigerator, em que para além do baixo consumo de energia eléctrica e espaço considerável para guardar todos os mantimentos, leva um ecrã de 29 polegadas Full HD, sensível ao toque, e que oferece uma gama infinita de aplicativos.

Com a tela, e uma vez activados os recursos digitais, o utilizador pode criar a lista de compras, conferir o que está dentro do frigorífico sem abrir a porta (leva uma câmara panorâmica de 2 megapixels). Ainda, uma vez conectada ao smartphone, é também possível ser notificado sobre os alimentos que estão prestes a atingir a data de validade.

Dário Vaz, Country Manager da LG em Moçambique, disse os novos equipamentos vêm para responder as dinâmicas actuais, num mercado repleto de clientes cada vez mais exigentes.

A par das inovações tecnológicas, Vaz anotou que um dos pontos fortes que a marca tem estado a apostar é mesmo o consumo mínimo de energia dos aparelhos, sendo que os produtos apresentados não fogem à regra.

Os equipamentos encontram-se disponíveis na recém-inaugurada loja da multinacional sul-coreana, em funcionamento num dos centros comerciais, arredores na cidade de Maputo.

CONFERÊNCIAS
E&M
O FUTURO ESTÁ AQUI

RESPONSABILIDADE SOCIAL & CORPORATIVA EM MOÇAMBIQUE

28 de Março
Hotel Meliã - Maputo

Um raio x completo sobre a Responsabilidade Social e as Boas Práticas Corporativas em Moçambique

- Os desafios da Responsabilidade Social em Moçambique
- Como investir: mais, melhor e com que resultados?

E&M
MOÇAMBIQUE
ECONOMIA & MERCADO

EXECUTIVE
MOÇAMBIQUE

PREMIUM PARTNERS

MEDIA PARTNERS

Vivo Energy conclui transação com EHL

A Vivo Energy concluiu, na semana passada, a transação com a Engen Holdings (EHL), que acrescenta oito novos países e 230 estações de serviço da marca Engen à rede da Vivo Energy, expandindo o seu serviço para cerca de 2 mil estações em 23 mercados africanos, onde se destacam o Gabão, Malawi, Moçambique, Ruanda, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe, Quênia, entre outros.

Segundo uma nota recebida na nossa Redacção, a contraprestação para a transação inclui uma emissão de 63,2 milhões de novas acções e 62,1 milhões de dólares em numerário por parte da Vivo Energy. O elemento em numerário da contraprestação foi financiado por uma redução do mecanismo de multidivisas da Vivo Energy. Após a emissão das acções, a Engen irá controlar uma participação de cerca de 5,0% na Vivo Energy. Comentando sobre a tran-

sação, o Director Executivo da Vivo Energy, Christian Chammas, disse que com a presente transação se inicia um capítulo importante para a empresa, recebendo cerca de 300 novos colaboradores, acrescentando oito novos países à rede e aumentando o mercado-alvo que estava em cerca de 160 milhões para cerca de 36% do continente africano.

Chammas espera que o aumento dos volumes de combustível, seja impulsionado pelo segmento comercial. Por seu turno, o Director Geral da Engen, Yusa Hassan sente-se animado em estar nesta jornada de crescimento com a Vivo e de adicionar outra marca forte e respeitada ao Grupo. Entretanto, Christian Chammas concluiu que, nos primeiros sete anos da Vivo Energy, investiram no crescimento da empresa, aumentou a rede de estações de serviço e acrescentou ofertas renovadas de retalho de conveniência e restaurantes de serviço rápido.

Eni e Qatar Petroleum assinam acordo de concessão

A Eni e a Qatar Petroleum assinaram, nesta semana, um acordo de Concessão que irá permitir a Qatar Petroleum adquirir um interesse participativo de 25.5% no Bloco A5-A, offshore em Moçambique.

O acordo está sujeito a aprovação das autoridades moçambicanas. O bloco A5-A, localizado nas águas profundas da Bacia de Zambeze no norte do País, a aproximadamente 1,500 km a nordeste da Cidade Capital Maputo, foi adjudicado a Eni aquando do 5º Concurso de Concessão lançado pela República de Moçambique, enquanto que o Contrato de Concessão para Pesquisa e Produção foi assinado em Outubro de 2018. O Bloco cobre uma área de 5,133 km² em profundidades de água que variam entre 300 e 1,800 metros, numa área

inexplorada em frente a Cidade de Angoche.

A Eni é a operadora do Consórcio do Bloco A5-A, com um interesse participativo de 59,5% detido pela sua subsidiária Eni Mozambique, que irá reduzir para 34% após a aprovação da concessão. Os outros parceiros são Sasol, com 25,5%, e a empresa estatal moçambicana Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), com 15%.

“A transação de hoje representa outro marco no percurso estratégico adoptado pela Eni e a QP para o fortalecimento da sua parceria a nível mundial”, disse o Administrador Delegado da Eni, Claudio Descalzi.

A Eni está presente em Moçambique desde 2006, após a aquisição do contrato para a Área 4, na Bacia do Rovuma Offshore, no norte do país, onde se estima que a quan-

tidade total de gás exceda os 85 TCF, no seguimento da campanha de pesquisa bem sucedida, com as descobertas de Coral, Mamba e Agulha.

O desenvolvimento inicial de Coral inclui a construção de uma fábrica flutuante para o tratamento, liquefação, armazenamento e descarregamento de GNL. A mesma terá a capacidade de liquefação de 3.4 milhões de toneladas por ano. O programa de desenvolvimento inclui também a construção de uma fábrica em terra composta por 2 módulos para o tratamento e liquefação do gás natural, com uma capacidade total de 15.2 milhões de toneladas por ano, que corresponde a primeira fase do projecto Rovuma LNG. Espera-se que este projecto seja aprovado em 2019 e o seu início de produção está previsto para 2024.

Nyusi inaugura estradas em Gaza

A província de Gaza ganhou mais 147 quilómetros de estrada asfaltada com a inauguração, na passada sexta-feira, dos troços que ligam os distritos de Limpopo, Chibuto, Guijá e Chokwè.

Trata-se de estradas que haviam sido danificadas pelas cheias de 2012 e 2013 que assolaram aquela província, tendo colocado aquelas vias intransitáveis, o que dificultava o desenvolvimento da província.

Orçadas em USD 102 milhões e financiadas pelo Banco Mundial, as obras contemplaram ainda a construção de pontes e aquedutos de modo conferir uma maior resiliência caso sejam galgadas pelas águas pluviais.

Falando num comício que marcou a inauguração das obras, que teve lugar no posto Administrativo de Chaimite, distrito de Chibuto, o presidente da República Filipe disse que com a entrega da estrada renasce uma esperança para um povo que outrora se deparava com problemas de vias

de acesso, principalmente no período chuvoso.

Assim considerou aquele acto como uma resposta do executivo moçambicano ao clamor das populações de Gaza que tinham de percorrer vias alertavas para tratar assuntos de variados interesses. Sublinhou que a construção de infraestruturas de desenvolvimento é uma das postas do seu governo que para tal tem contado com forte apoio do Banco Mundial.

Apelou para uma condução responsável evitando acidentes que ceifam vidas humanas, bem como exortou as populações a serem vigilantes de modo que a via Chissano-Macarretane não alimente o roubo de gado.

Na ocasião, o director regional do banco Mundial Mark Lundel congratulou o modelo de contratos firmados com os empreiteiros baseado em resultados. Segundo Lundel este modelo aumentou a eficiência e garante a longevidade do trabalho, pelo que espera que seja replicado noutras intervenções.

